

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Luis Henrique da Silva Santos

MORAL E SUICÍDIO: *Uma reflexão teológica e moral sobre o suicídio entre os
padres brasileiros*

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SÃO PAULO

2025

Luis Henrique da Silva Santos

MORAL E SUICÍDIO: *Uma reflexão teológica e moral sobre o suicídio entre os
padres brasileiros*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de
BACHAREL em Teologia, sob orientação
do prof. Dr. Dayvid da Silva.

SÃO PAULO

2025

Luis Henrique da Silva Santos

MORAL E SUICÍDIO: *Uma reflexão teológica e moral sobre o suicídio entre os
padres brasileiros*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de
BACHAREL em Teologia, sob orientação
do prof. Dr. Dayvid da Silva.

Aprovado em: __/ __ / 2025

BANCA EXAMINADORA

Dr. Dayvid da Silva – PUCSp

Dr. Segundo Leitor – PUCSp

Dedico esta pesquisa ao Papa Francisco, que, com seu testemunho e ministério, me revelou a face misericordiosa de Deus. Retornado à casa do Pai na segunda-feira da Oitava da Páscoa do Senhor, no ano de 2025, sua vida permanece como sinal de esperança para a Igreja e para o mundo.

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui a minha eterna gratidão a Santíssima Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo – por fortalecerem o meu caminho vocacional por todos estes anos, dando o sustento necessário para viver à Sua Vontade. Que eu possa transparecer diariamente todo o amor e a misericórdia que sobre mim são derramadas com abundância.

Rendo graças também à Virgem Maria, Mãe da Igreja e minha Mãe, presença terna e silenciosa que me acompanha e intercede por mim com carinho inigualável. Que seu exemplo de fé e disponibilidade continue sendo luz em meu caminho.

Agradeço ao Bispo de minha Diocese, Dom Edmilson Amador Caetano O. Cist, que me ensinou a confiar na providência e na graça santificante de Deus. Expresso também a minha gratidão ao Padre Francisco Gonçalves Veloso Jr., meu reitor, que acreditou em mim em momentos que nem eu mesmo acreditava, dedicando um paternal cuidado para com a minha vida e vocação. Ao meu diretor espiritual Padre Carlos Vicente que não me desamparou enquanto preparava esta pesquisa tão exigente no âmbito espiritual. Quero que saibam que a vida dos senhores alimenta o meu desejo do Céu. Contem sempre com minhas orações à Deus em gratidão pelas vossas vidas.

Louvo também à Deus pela vida dos meus pais e irmão: Sr. Fábio, Sra. Regiane e Sr. Vinicius, obrigado por serem expressão do amor de Deus em minha vida. Também elevo louvores à Deus pela vida dos meus irmãos de seminário, em especial, Caio, Erick, Felipe, Junior e William que enfrentam comigo as lutas diárias em direção ao sacerdócio.

Quero agradecer àqueles que ao longo da vida estiveram ao meu lado, tornando-se verdadeiros tesouros: Natália Oliveira, Diego Aragão, Maria Cristina Oliveira, Eliane Guimarães, Ellen Guimarães, Davi Campos, Théo Campos Guimarães, Kaick Geraldelli Lobo, Millena Geraldelli Lobo, Bernardo Lobo, Henrique Pereira, Lohayne Guimarães, Leonardo Rodrigues, Padre Edson Roberto, Padre Fernando Benetti, Padre Bruno Santana Aguiar, Padre Marcos Alves, Adriana Galvão, João Paulo Amaral, Ricardo Ramon, Flávio Gomes, Igor Henrique, José Matheus, Camila Alves e a todos os meus afilhados por quem tenho tanto apreço, Deus lhes abençoe. Aos meus irmãos do ministério para seminaristas da Renovação

Carismática Católica – RENASEM –, obrigado por me ensinarem a ouvir com docilidade o Espírito Santo.

Por fim, Agradeço também aos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que ao longo da formação contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico e humano. De modo especial, expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Pe. Dayvid da Silva, por sua escuta atenta, orientações sábias e generosa dedicação ao longo desta caminhada.

*“Vinde a mim todos os que estais cansados
sob o peso do vosso fardo
e eu vos darei descanso”.*

Mt 11,28

RESUMO

SANTOS, Luis Henrique da Silva. **Moral e suicídio:** Uma reflexão teológica e moral sobre o suicídio entre os padres brasileiros. p. 78. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Teologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2025.

Este trabalho tem como objetivo investigar o fenômeno do suicídio entre presbíteros católicos à luz da teologia, com enfoque especial na virtude teologal da esperança como caminho de superação do sofrimento psíquico. Partindo de uma análise histórica sobre a percepção do suicídio em diferentes sociedades e no interior da Igreja Católica, a pesquisa identifica uma mudança significativa de postura eclesial a partir do Concílio Vaticano II, que favorece uma abordagem mais misericordiosa e humanizada diante do sofrimento humano. No contexto contemporâneo, marcado por crises existenciais, solidão e sobrecarga emocional no ministério presbiteral, a pesquisa propõe uma resposta integral, que articule fé, espiritualidade e recursos psicológicos. As virtudes teologais – fé, esperança e caridade – são apresentadas como fundamento antropológico e espiritual capaz de fortalecer o presbítero em sua caminhada vocacional, sobretudo em tempos de dor e desorientação. A esperança, em particular, é compreendida não como expectativa passiva, mas como força ativa que sustenta, anima e renova o sentido da missão. Inserido no contexto do Ano Jubilar da Esperança (2025), este estudo pretende contribuir com a reflexão teológico-pastoral e oferecer subsídios concretos para o cuidado integral com os ministros ordenados da Igreja.

Palavras-chave: Esperança. Presbíteros. Suicídio. Sofrimento Psíquico. Virtudes Teologais. Ano Jubilar.

ABSTRACT

SANTOS, Luis Henrique da Silva. **Morality and Suicide**: A Theological and Moral Reflection on Suicide Among Brazilian Priests. p. 78. Course Completion Work (Bachelor of Theology), Pontifical Catholic University of São Paulo, 2025.

This study aims to investigate the phenomenon of suicide among Catholic priests from a theological perspective, with a special focus on the theological virtue of hope as a path to overcoming psychological suffering. Beginning with a historical analysis of how suicide has been perceived across various societies and within the Catholic Church, the research highlights a significant shift in ecclesial attitude following the Second Vatican Council, promoting a more merciful and humanized response to human suffering. In the contemporary context, marked by existential crises, loneliness, and emotional overload in priestly ministry, the research proposes an integrated response that combines faith, spirituality, and psychological resources. The theological virtues — faith, hope, and charity — are presented as anthropological and spiritual foundations capable of sustaining the priest in his vocational journey, especially in times of pain and disorientation. Hope, in particular, is understood not as passive expectation but as an active force that sustains, encourages, and renews the meaning of mission. Within the context of the Jubilee Year of Hope (2025), this study seeks to contribute to theological-pastoral reflection and offer concrete tools for the integral care of the Church's ordained ministers.

Keywords: Hope. Priests. Suicide. Psychological Suffering. Theological Virtues. Jubilee Year.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIC [1917]	<i>Codex Iuris Canonici</i> [1917]
CIC [1983]	<i>Codex Iuris Canonici</i> [1983]
CIGC	Catecismo da Igreja Católica
DCE	Carta Encíclica <i>Deus Caritas Est</i> do Papa Bento XVI
EG	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i> do Papa Francisco
FT	Carta Encíclica <i>Fratelli Tutti</i> do Papa Francisco
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i> do Concílio Vaticano II
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i> do Concílio Vaticano II
PDV	Exortação Apostólica <i>Pastores Dabo Vobis</i> do Papa João Paulo II
PO	Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i> do Concílio Vaticano II
PT	Carta Encíclica <i>Pacem in Terris</i> do Papa João XXIII
SD	Carta Ap. <i>Salvifici Doloris</i> do Papa João Paulo II
SnC	Bula de Proclamação do Jubileu <i>Spes Non Confundit</i> do Papa Francisco
SS	Carta Encíclica <i>Spe Salvi</i> do Papa Bento XVI

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O SOFRIMENTO QUE LEVA À MORTE: ANÁLISE HISTÓRICA DO SUICÍDIO NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE ANTIGA	16
1.1 O EXTERMÍNIO DA VIDA: A CRENÇA NA ÚLTIMA ALTERNATIVA.....	18
1.1.1 O SUICÍDIO EGOÍSTA.....	20
1.1.2 O SUICÍDIO ALTRUÍSTA	21
1.1.3 O SUICÍDIO ANÔNICO.....	22
1.1.4 JUDAS ISCARIOTES: O TRAIADOR NA HISTÓRIA DA SALVAÇÃO.....	25
2. A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E O SUICÍDIO.....	29
2.1 A PERSPECTIVA DA IGREJA CATÓLICA SOBRE O SUICÍDIO ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II	29
2.1.1 SANTO AGOSTINHO E SANTO TOMÁS DE AQUINO.....	29
2.1.2 PENITÊNCIAS TARIFÁRIAS	31
2.2 A PERSPECTIVA DA IGREJA CATÓLICA SOBRE O SUICÍDIO APÓS O CONCÍLIO VATICANO II	34
2.3 O AUTOEXTERMÍNIO: PODE O SER HUMANO OPTAR POR SUA MORTE?	39
2.3.1 O MINISTÉRIO DO EXAUSTÃO: OS PADRES QUE PERDERAM O SENTIDO DO MINISTÉRIO	42
3. A ESPERANÇA NÃO DECEPCIONA (RM 5,5)	50
3.1 RM 8,18: “OS SOFRIMENTOS DO TEMPO PRESENTE NÃO TÊM PROPORÇÃO COM A GLÓRIA QUE HÁ DE SER REVELADA EM NÓS”	51

3.1.1	“TUDO CRÊ, TUDO ESPERA, TUDO SUPORTA” (1COR 13,7): O MOVIMENTO DAS VIRTUDES TEOLOGAIS NA EXISTÊNCIA HUMANA	54
3.1.1.1	A VIRTUDE DA FÉ.....	55
3.1.1.2	A VIRTUDE DA CARIDADE.....	56
3.1.1.3	A VIRTUDE DA ESPERANÇA.....	59
3.1.2	PRESBÍTEROS EM CRISE E A FORÇA DA ESPERANÇA: ENTRE O SOFRIMENTO E A PROMESSA.....	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

INTRODUÇÃO

O suicídio é uma das expressões mais extremas do sofrimento humano. No contexto atual, marcado por crises de sentido, esgotamento emocional e fragmentação dos vínculos, o ato de tirar a própria vida tem se tornado uma realidade cada vez mais presente e inquietante — inclusive no interior da própria Igreja. Quando o presbítero, chamado a ser sinal de esperança e cuidador das almas, mergulha em um estado de sofrimento psíquico a ponto de desejar a morte, toda a comunidade eclesial é interpelada a refletir sobre os limites da condição humana, os desafios do ministério e as respostas que a fé pode oferecer diante da dor.

Desta forma, com a crescente incidência de casos de suicídio entre presbíteros católicos no Brasil faz-se necessário lançar luz sobre esta questão, pois representa uma realidade alarmante e, ao mesmo tempo, pouco debatida nos espaços acadêmicos e eclesiais. O silêncio em torno desse tema contribui para a perpetuação de práticas pastorais insuficientes e para a manutenção de uma cultura de idealização do ministério sacerdotal que, muitas vezes, desconsidera a complexidade humana de quem o exerce. Diante disso, torna-se urgente lançar um olhar teológico, pastoral e humano sobre esse drama, que não apenas fere indivíduos, mas compromete também a vitalidade espiritual das comunidades cristãs.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de oferecer uma resposta teológica e moralmente coerente ao sofrimento dos ministros ordenados, reconhecendo a gravidade do suicídio sem cair em julgamentos moralistas ou reducionistas. Ao propor uma reflexão centrada na virtude teologal da esperança, o trabalho deseja contribuir com um caminho possível de superação da dor, iluminado pela fé cristã e sustentado pela caridade. Essa abordagem valoriza a tradição da Igreja, mas também se abre ao diálogo com os saberes das ciências humanas - especialmente a psicologia -, propondo uma perspectiva integrada e encarnada da pastoral presbiteral.

Tomando por inspiração o Ano Jubilar da Esperança 2025, proclamado pelo Papa Francisco, esta pesquisa acaba sendo tratada como um assunto da atualidade, sendo-lhe conferida uma relevância eclesial. Em um tempo marcado pela desesperança e pelo individualismo, a virtude da esperança é redescoberta como

força espiritual transformadora, capaz de restaurar o sentido da existência e renovar a missão presbiteral mesmo nas situações mais desafiadoras.

Em vista disso, o problema que orienta esta pesquisa é o seguinte: como a vivência das virtudes teologais, especialmente da esperança, pode contribuir para a superação do sofrimento psíquico e da ideação suicida entre presbíteros católicos no contexto contemporâneo?

A hipótese que se pretende investigar é a de que a vivência autêntica das virtudes teologais, fé, esperança e caridade, quando integrada ao acompanhamento psicológico e a uma espiritualidade encarnada, pode oferecer aos presbíteros em crise uma via eficaz de superação do sofrimento existencial e de reencontro com o sentido de sua vocação. A esperança, em particular, assume um papel central como força espiritual capaz de iluminar a escuridão interior, reavivar o chamado e motivar a perseverança, mesmo em meio ao desânimo e à solidão.

O objetivo geral deste trabalho é refletir como a esperança, enquanto virtude teologal, pode se tornar uma força espiritual e pastoral de superação do sofrimento e do risco de suicídio entre presbíteros católicos, especialmente à luz do Ano Jubilar da Esperança (2025). Para isso, a pesquisa se desenvolve a partir de cinco objetivos específicos, sendo eles: analisar, historicamente, como o suicídio foi compreendido em diferentes culturas e pela Igreja Católica ao longo dos séculos; investigar o sofrimento psíquico e as crises vocacionais que acometem presbíteros católicos, com base em estudos sociológicos e psicológicos contemporâneos; refletir teologicamente sobre a esperança como virtude capaz de sustentar o presbítero em meio ao sofrimento, integrando fé e caridade em um caminho de reconstrução espiritual; e, por fim, apresentar propostas pastorais e formativas que contribuam para a saúde integral do clero, à luz das virtudes teologais e das orientações da Igreja pós-Vaticano II.

A metodologia assumida para esta pesquisa é de natureza bibliográfica, fundamentando-se em fontes primárias do magistério da Igreja Católica (documentos conciliares, encíclicas, Catecismo da Igreja Católica), textos bíblicos, obras clássicas da tradição teológica (com destaque para Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino) e autores contemporâneos que tratam do sofrimento, da saúde mental e da espiritualidade presbiteral. O trabalho também recorre a estudos sociológicos e psicológicos que abordam o adoecimento de padres no Brasil, como as contribuições de Vagner Sanagiotto, Ênio Pinto, Silvia Maia e Tatiane Cunha.

Para isso, foram desenvolvidas três seções: a primeira, com o título de “O sofrimento que leva à morte: análise histórica do suicídio no desenvolvimento da sociedade antiga”, adota um método histórico-analítico, com base em fontes filosóficas, sociológicas e religiosas, a fim de compreender como o suicídio foi tratado ao longo das civilizações antigas. São utilizados autores clássicos como Platão, Aristóteles e Durkheim, além de referências bíblicas (Judas Iscariotes e personagens veterotestamentários) para abordar a percepção moral e simbólica do suicídio em diversas épocas. O objetivo principal desta seção é contextualizar o problema e identificar sua complexidade desde suas raízes antropológicas e sociais, colaborando para a reflexão proposta pela pesquisa.

Para a segunda seção, intitulada “A relação entre a Igreja e o suicídio”, foi utilizado o método teológico-histórico, usufruindo de documentos do próprio magistério, fazendo comparações com dois períodos da Igreja Católica, aquele que compreende o tempo anterior ao Concílio Vaticano II e aquele que o sucede, a fim de estabelecer análises acerca do pensamento e atitudes eclesiais que foram assumidas antes e depois do último Concílio Ecumênico da Igreja Católica. Além destes elementos, esta seção realiza também uma aproximação com a realidade brasileira, por meio de dados contemporâneos e estudos como os de Sanagiotto, evidenciando a mudança da postura da Igreja de uma visão punitiva para uma pastoral do acolhimento. Há também o uso do método fenomenológico-descritivo, ao abordar os impactos espirituais e humanos do sofrimento presbiteral.

Por fim, na terceira seção, que recebeu como título a passagem da Carta de São Paulo aos Romanos “A esperança não decepciona (Rm 5,5)”, foi utilizado um método teológico-sistemático e pastoral, com aprofundamento nas virtudes teológicas (fé, esperança e caridade), especialmente à luz de Santo Tomás de Aquino, Bento XVI, Von Balthasar, Papa Francisco e do Catecismo da Igreja Católica. O capítulo também utiliza a hermenêutica bíblica, analisando textos-chave como Rm 5,5, Rm 8,18 e Lc 24 (discípulos de Emaús). A reflexão teológica é complementada com contribuições da logoterapia de Viktor Frankl e da psicologia pastoral contemporânea, incluindo autores como Tatiane Cunha, Silvia Maia, Ênio Pinto e Rawy Ramos, para propor caminhos concretos de superação do sofrimento entre padres, considerando sua relevância para o Ano Jubilar vivenciado pela Igreja neste ano (2025).

Portanto, este estudo pretende ser uma contribuição concreta para a teologia moral e pastoral, bem como um instrumento de reflexão e formação para seminaristas, padres, formadores e agentes de pastoral, ajudando-os a compreender melhor as causas e os caminhos de enfrentamento do sofrimento entre presbíteros. A esperança, firmada em Cristo, pode não apenas evitar tragédias, mas reacender a luz da vocação e renovar a vida dos que foram chamados a servir ao Evangelho.

1. O SOFRIMENTO QUE LEVA À MORTE: ANÁLISE HISTÓRICA DO SUICÍDIO NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE ANTIGA

Há tempos que o suicídio vem tomando espaço na sociedade. Sendo um dos maiores responsáveis pelas mortes entre os jovens na atualidade, o suicídio provoca uma preocupação na população, incentivando, inclusive, um mês de prevenção ao suicídio, o Setembro Amarelo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) realizou um estudo no ano de 2022, o mais atualizado até então, e apontou que o ato de tirar a própria vida “é uma ocorrência complexa, influenciada por fatores psicológicos, biológicos, sociais e culturais” (MARTINS, 2022). Segundo a pesquisa, “mais de 700 mil pessoas morrem por ano devido ao suicídio, o que representa uma a cada 100 mortes registradas” (MARTINS, 2022).

Embora no panorama mundial tenha ocorrido um retrocesso na taxa de suicídios, com uma redução de 36% no período equivalente aos anos de 2000 e 2019, as Américas destacaram-se, pois houve um aumento de 17% nos casos correspondentes ao mesmo período. Com este aumento nos casos, o suicídio assume a quarta posição dentre os principais causadores de fatalidades em pessoas com idade de 15 a 29 anos, atrás apenas das fatalidades no trânsito, falência decorrente a tuberculose e a casos de violência interpessoal (MARTINS, 2022).

A situação do suicídio não é uma discussão isolada em nosso tempo, mas é registrada em diversas sociedades e culturas. Cada civilização possui um entendimento acerca da atitude extrema assumida por seus membros. Aqui podemos mencionar, por exemplo, a tradição grega clássica, com *O Mito de Sísifo* (CAMUS, 2009), a obra *Fédon* de Platão (PLATÃO, 1987, p. 57-126) e a obra *Ética a Nicômaco* de Aristóteles (ARISTÓTELES, 2014), além de outras expressões culturais como a egípcia, japonesa e iraquiana.

Na primeira obra mencionada, *O Mito de Sísifo*, Camus analisa o mito relacionado a Sísifo, rei de Corinto, condenado pelos deuses gregos a um castigo eterno. “Os deuses o condenaram a empurrar incessantemente uma rocha até o alto de uma montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso” (CAMUS, 2009, p. 137), retornando ao estágio inicial, um castigo que julgaram ser o mais terrível, pois se tratava de um trabalho inútil e sem esperança (CAMUS, 2009, p. 137). Com base nesta situação, para Camus, o suicídio “é um problema filosófico realmente sério, pois

o ato de julgar se a vida vale ou não vale ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia” (CAMUS, 2009, p. 17), pois os demais assuntos tornam-se secundários a este. A segunda obra, *Fédon*, por sua vez, descreve o julgamento de um dos filósofos mais importantes da antiguidade, Sócrates, que, para não romper com as verdades que defendia, acaba findando sua própria vida tomando cicuta, uma questão de defesa a honra da pessoa (PLATÃO, 1987, p. 57-126). Para Aristóteles, o suicídio é um ato que nega a pátria, colocando o indivíduo como um desertor dos seus deveres com a *pólis*; seu argumento ético-social colocava a prática como um mal e uma ação covarde, tratando o Estado de forma injusta, como podemos ver na *Ética a Nicômaco* (ARISTÓTELES, 2014, p. 126-128; BRUSTOLIN, 2013, p. 329).

Nas demais culturas, identificamos que o suicídio é tratado como uma prática comum e, em alguns casos, até heroica como, por exemplo, no Egito. Com a morte do faraó, tudo o que lhe pertencia era enterrado em sua tumba junto com ele, isto incluía não apenas os seus bens inanimados, mas estavam igualmente inclusos os seus escravos, estes deveriam se sacrificar para acompanhar o seu senhor (TOTA, 1993, p. 4-6).

Nas tradições orientais também temos registros acerca da dimensão do suicídio como, por exemplo, os samurais e o ritual de *Seppuku* que é caracterizado como uma forma de suicídio tradicional no Japão Feudal, sendo utilizada pela classe guerreira japonesa para morrerem de forma honrosa e em função do seu mestre (OLIVEIRA, 2020, p. 289). “O samurai que falhava em batalha, ou cometia crimes como roubo ou estupro, costumava se apresentar voluntariamente e se declarar culpado para seu *shogun* (título do senhor de terras no Japão feudal, a quem os samurais serviam)” (CORDEIRO, 2016) almejando uma restituição da honra violada. Além dos samurais, outras figuras japonesas tinham o autossacrifício como uma prática honrosa; vemos, por exemplo, a figura dos *kamikazes*, pilotos do exército japonês que se sacrificaram durante a Segunda Grande Guerra como um ato de honra em defesa de sua nação, jogando suas naves, repletas de bombas, sobre navios inimigos (GONÇALVES, 2011, p. 6). Uma última menção seria a dos bombardeiros suicidas do Iraque, que se sacrificam e levam consigo tudo o que está ao seu redor, sendo considerados heróis pelo ato de bravura em defesa dos seus (ARAÚJO, 2020, p. 10).

Muitos casos de suicídio foram registrados com o avanço da humanidade, não limitados aos cidadãos comuns, mas estendendo-se a líderes e representantes

famosos do povo. Para exemplificar, aqui estão três casos famosos na história: Cleópatra, Adolf Hitler e Getúlio Vargas, ex-presidente do Brasil.

Cleópatra, a mais famosa rainha do Egito, herdeira de Alexandre Magno, que viveu no ano de 69 a.C. e governou seu país após a morte de seu pai, Ptolomeu XII Aulete em 51 a.C., estendendo seu reinado até o ano de 31 a.C., quando seu reino foi tomado pelo imperador romano Otaviano Augusto. Cleópatra opta por suicidar-se para que não fosse humilhada pelo imperador (TEIXEIRA, 1955, p. 148). Outro caso seria de Adolf Hitler, austríaco, líder do Partido Nazista, responsável por um dos acontecimentos mais marcantes na história, o Holocausto, ao se deparar com a derrota, no ano de 1945, tira sua própria vida com um tiro contra sua boca (TEIXEIRA, 1955, p. 149). Getúlio Vargas foi outro líder que tirou sua vida após uma crise. Governou o Brasil entre os anos de 1930 e 1945, no período da Ditadura Militar, e, posteriormente, já no período da república, foi eleito presidente do Brasil, voltando a governar no ano de 1951. “Pressionado entre a renúncia ou a deposição, Getúlio Vargas acabou se suicidando, em seu quarto, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954” (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2000).

Como podemos ver, o suicídio é retratado de formas distintas ao longo da história. Com a ascensão da tradição judaico-cristã, a compreensão acerca da vida e da morte foram alteradas, pois a vida é entendida como dom de Deus, uma vez que ele é o Criador de todas as coisas, e, desta forma, necessita de uma valorização, de um cuidado. Sendo assim, o autoextermínio acaba por romper com a vida, fere a natureza humana, torna-se um pecado, um rompimento com a obra do Criador. Na tradição bíblica encontramos diversos textos que remontam personagens que tiraram suas vidas diante de situações de medo, culpa ou outra desordem interna ou externa, cada uma com sua particularidade como veremos ainda neste capítulo.

1.1 O extermínio da vida: a crença na última alternativa

Existem duas compreensões acerca do sentido da palavra *suicídio*, uma vertente diz que “suicidar-se corresponde em latim a *accidere*, que provém do verbo transitivo *occido-cidi-cisum* que significa cortar, esmigalhar, dividir em muitas partes, ferir mortalmente” (KALINA, 1981, p. 34) outra diz que a etimologia da palavra suicídio

deriva do latim “*suicidium*”: “*su*” significa “a si”, e “*caedere*” significa “matar” (BRUSTOLIN, 2013, p. 328).

Refletir acerca do suicídio exige um olhar anterior, observar aquilo que o antecede, aquilo que leva as pessoas a chegarem nesta radicalidade, afinal, o suicídio é apenas o fim de um caminho de sofrimento, dor, angústia, isolamento etc. O sofrimento acompanha a vida humana e, embora acreditemos que o nosso é maior ou merece mais atenção do que o do outro, esta realidade é particular de cada indivíduo e não pode ser medida, todavia pode ser analisada e comparada com as demais.

Quando adentramos o período moderno e contemporâneo, observamos que alguns pensadores dedicaram seus estudos para análise deste fenômeno que é o suicídio. Um dos principais nomes ligados ao assunto em questão é o de Émile Durkheim, um sociólogo francês que viveu na segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX (1858-1917) (VARES, 2020, p. 21), esboçando uma obra a respeito do suicídio sob uma perspectiva sociológica, partindo da hipótese de que é a sociedade a responsável por determinar a triste decisão da pessoa dar fim a sua existência. Na obra *O Suicídio*, Durkheim argumenta que a *pólis* possui a sua participação no sofrimento humano, mesmo que os casos possuam suas singularidades (VARES, 2020, p. 21).

Para Durkheim, "Chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado" (DURKHEIM, 2000, p. 14). Acerca disso, Vares nos diz que devemos entender como ato positivo “a ação de uma pessoa que atira com um revólver contra a própria têmpora” (VARES, 2020, p. 26), enquanto ato negativo o ato de não abandonar uma casa em chamas, a recusa de alimentação até a morte ou um capitão que não abandona o seu navio afundando (VARES, 2020, p. 26-27). É difícil delimitar as motivações do suicida, não existe uma causa. Segundo Cassorla, “trata-se de um evento que ocorre como culminância de uma série de fatores que vão se acumulando na biografia do indivíduo” (CASSORLA, 1991, p. 20). Toro acrescenta que “a história do suicídio ganha vozes múltiplas e diversas explicações de ordem psicológica, sociológica, filosófica e, ou, biológica, multiplicidade que confere ao fenômeno a devida complexidade” (TORO, 2013, p. 410).

Os fatores externos são grandes motivadores desta desistência da vida, enxergamos que uma sociedade marcada pela falta de amor, pela violência, pelo individualismo é capaz de desprezar a vida humana e, desta forma, fomentar os pensamentos destrutivos na vida do sujeito. Ao apontar que o autoextermínio tem fundamentação social, Durkheim classifica-os em três categorias, sendo elas: egoísta, altruísta e anômico, conforme será explicitado adiante.

1.1.1 O Suicídio egoísta

O primeiro deles, o *Suicídio egoísta*, é denominado pelo autor como “resultante de uma integração social muito frágil” (VARES, 2020, p. 35), esse tem como causas “a depressão, melancolia, a sensação de desamparo moral, provocados pela desintegração social” (TORO, 2013, p. 410).

Essa fragilidade social provem da ação de desintegração promovida pela sociedade, esquecendo as consequências dirigidas ao indivíduo, uma vez que ela esteja “desengajada da vida social e, por conseguinte, que seus próprios fins se tornem preponderantes sobre os fins comuns” (VARES, 2020, p. 35). Para Durkheim:

Quando a sociedade é fortemente integrada, ela mantém os indivíduos sob sua dependência, considera que eles estão a seu serviço e, por conseguinte, não lhes permite dispor de si mesmos conforme seu capricho. A sociedade se opõe, então, a que os indivíduos se furtem pela morte aos deveres que têm para com ela (DURKHEIM, 2000, p. 259).

E acrescenta:

Na medida em que se admite que os indivíduos são os senhores de seus destinos, pertence-lhes marcar o seu termo. Quanto a eles, falta-lhes uma razão para suportar com paciência as misérias da existência. Pois, quando são solidários de um grupo de que gostam, para não faltar para com interesses diante dos quais estão habituados a fazer inclinar os seus, empenham maior obstinação em viver (DURKHEIM, 2000, p. 259).

Com um grupo enfraquecido, o indivíduo passa a depender somente de si, desconhecendo as regras de conduta que são distintas das suas. Durkheim, buscando evitar más compreensões, distingue o que é o egoísmo e o que é o individualismo, pois o primeiro é entendido como uma individuação repentina e

desmensurada, o segundo, por sua vez, refere-se a um processo comum, decorrente do próprio desenvolvimento social e necessário para o funcionamento das sociedades modernas. Com isso, a causa do egoísmo só pode ser entendida como uma falta desta integração social e “neste caso, o indivíduo que que tira a sua própria vida o faz exatamente por não se ver vinculado às instituições ou aos grupos que permeiam a vida social” (VARES, 2020, p. 35) e é esta “individuação excessiva que leva a pessoa ao suicídio egoísta” (DURKHEIM, 2000, p. 269).

1.1.2 O Suicídio altruísta

A segunda categoria é chamada de *Suicídio altruísta* e “ocorre com mais frequência nas sociedades primitivas, em que é percebido como um dever que, se não for cumprido, o indivíduo é punido pela desonra e por castigos religiosos” (TORO, 2013, p. 410). Segundo Vares,

O suicídio altruísta resulta de uma forte integração social, isto é, de uma identificação absoluta do indivíduo com a coletividade a ponto de seu ego não mais lhe pertencer ou se confundir com outra coisa que não ele próprio. Nesse caso específico, o polo de sua conduta passa a se situar fora de si mesmo, num dos grupos ao qual pertence (VARES, 2020, p. 37).

Para o sociólogo francês, assim como a individuação excessiva leva ao suicídio, a falta dela faz com que o sujeito também tenha o mesmo fim, em vista que “o desligamento da sociedade leva o homem a morte tal qual a sua participação demasiada provoca o mesmo efeito” (DURKHEIM, 2000, p. 269).

Durkheim elenca algumas culturas que incentivavam os seus a cometer este suicídio altruísta, alguns já mencionados nesta pesquisa como o capitão de um navio e o samurai desonrado, todavia acrescenta outras culturas que tratavam a morte natural como algo inaceitável, optando pelo extermínio de sua existência pelas mais distintas motivações (DURKHEIM, 2000, p. 270). Viúvas na Índia que se queimavam junto ao corpo de seus maridos (VARES, 2020, p. 37), “guerreiros dinamarqueses que consideravam vergonhoso morrer de velhice ou doença e se suicidavam para escapar desta ignomínia”, “os godos que achavam que morrer de formas naturais condenaria a pessoa a rastejar eternamente pela terra” e, por fim, “na terra dos visigodos, os velhos que se precipitavam da *Pedra dos Ancestrais* quando estavam cansados de

viver” (BARTHOLIN *apud* DURKHEIM, 2000, p. 270), assim como fizeram os seus antepassados, esses e outros são mencionados pelo francês para explicitar a diversidade de culturas e períodos em que o suicídio ocupou um espaço no pensamento social, assumindo como algo realizado por um bem maior (BARTHOLIN *apud* DURKHEIM, 2000, p. 270), todavia, em todos esses casos, “o suicida sufoca seu instinto de preservação e age por meio de imperativos sociais interiorizados” (VARES, 2020, p. 37). De acordo com Durkheim,

Em todos esses casos, se o homem se mata, não é porque se arroga o direito, mas, o que é bem diferente, porque tem o dever. Quando falta a essa obrigação, é punido com a desonra e também, na maioria das vezes, por castigos religiosos. Sem dúvida, quando nos falamos de velhos que se matam, num primeiro momento somos levados a acreditar que a causa esteja no cansaço ou nos sofrimentos comuns nessa idade. Mas, se na verdade esses suicídios não tivessem outra origem, se o indivíduo se matasse unicamente para se desvencilhar de uma vida insuportável, não seria obrigado a fazê-lo; nunca se é obrigado a desfrutar de um privilégio. Ora, vemos que, quando ele insiste em viver, a estima pública se retira dele: aqui, as honras comuns dos funerais lhe são recusadas, ali uma vida terrível supostamente o espera no além-túmulo. A sociedade, portanto, pesa sobre o indivíduo para levá-lo a se destruir. Sem dúvida, ela também interfere no suicídio egoísta; mas sua intervenção não se faz da mesma maneira nos dois casos. Em um, a sociedade se contenta em falar ao homem uma linguagem que o desliga da existência; no outro, ela lhe prescreve formalmente abandoná-la. Lá, ela sugere ou no máximo aconselha; aqui, obriga e determina as condições e as circunstâncias que tornam essa obrigação exigível (DURKHEIM, 2000, p. 272-273).

Durkheim descreve esse problema social como algo provocado pela sociedade, uma vez que este sacrifício deve ser assumido pelas pessoas em suas distintas situações sociais, fazendo com que o indivíduo não possa pensar a vida sem o outro, não seja capaz de viver uma vida de separação, seja com a pessoa amada, seja com o seu superior (DURKHEIM, 2000, p. 273), fazendo com que a morte provocada seja o único caminho que pode ser trilhado.

1.1.3 O Suicídio anômico

A terceira e última categoria é a do *Suicídio anômico*. Neste ponto o suicídio “tem a sua causa imediata na fraca regulação exercida pela sociedade. O termo anomia significa ‘ausência de normas’ e tal situação, comumente, resulta do

enfraquecimento dos laços reguladores” (VARES, 2020, p. 38). Émile Durkheim apontou que nesta categoria é colocado como um agravante ao suicídio a questão da crise econômica que atinge a sociedade. Ao analisar o número de casos de suicídio no estouro inicial da crise de Viena, no ano de 1873, em comparação com o ápice do problema, ocorrido no ano seguinte, 1874, Durkheim identifica as implicações que este colapso tem na vida da sociedade e o quanto isso interfere na vida de cada uma das pessoas, uma vez que o número de suicídios aumenta junto com o aumento da crise (DURKHEIM, 2000, p. 303-304). O sociólogo tenta entender este aumento repentino nas mortes causado por influência de uma crise financeira, mas à primeira vista, estes casos podem ser compreendidos como recorrentes ao aumento da miséria das pessoas, em nosso contexto atual, talvez as dívidas que uma crise financeira pode gerar, deixando as pessoas desesperadas por uma solução, por uma resposta a suas inquietações, porém ele mesmo já contrapõe a questão:

Com efeito, se as mortes voluntárias aumentassem porque a vida se torna mais dura, elas deveriam diminuir sensivelmente quando o bem-estar se torna maior. Ora, embora quando o preço dos alimentos de primeira necessidade se eleva excessivamente o mesmo ocorra, geralmente, com os suicídios, não se constata que eles diminuam para menos da média no caso contrário (DURKHEIM, 2000, p. 305).

Esse tipo de suicídio torna-se muito comum nas estruturas sociais modernas, revelando a correlação estatística entre a frequência com que o suicídio ocorre e as fases do ciclo econômico de um país. Conforme os dados apresentados por Durkheim, existe uma tendência no aumento de casos de suicídio em tempos de crise, todavia, embora pareça contraditório, também ocorre em tempos de prosperidade, uma vez que “em ambos os casos, a sociedade vê-se momentaneamente incapaz de limitar os desejos individuais de cada sujeito, causando um desregramento moral” (VARES, 2020, p. 38).

Após apresentar sua tipologia, Durkheim procura demonstrar que cada um desses tipos de suicídio corresponde aproximadamente a tipos de ordem psicológica (...). Assim, o suicídio anômico pela decepção produzida pelo estilo de vida moderna; o suicídio egoísta se manifesta por um estado de apatia e pela ausência de vinculação à vida social; o suicídio altruísta, pela energia e pela paixão (STEINER, 2016 *apud* VARES, 2020, p. 40).

Partindo destas categorias, somos capazes de identificar o quanto a sociedade, o contexto social em que o indivíduo está inserido e os problemas de ordem

psicológica intensificam os pensamentos de autoextermínio. O sociólogo compreende que “o suicídio é um sintoma proveniente de uma falta de liberdade, de um contexto de indignidade, solidão e isolamento”, deixando claro que a participação da sociedade nesta decisão pode proteger ou ajudar o sujeito, ou fazer com que ele se depare com sua autodestruição (BRUSTOLIN, 2013, p. 333).

Embora Durkheim tenha vivido no encerramento do século XIX e início do século XX e é certo dizer que houve avanços na sociedade moderna que esta pesquisa não poderia prever, porém, seus pensamentos favorecem a análise do contexto atual. Jean Beachler, por exemplo, realiza uma síntese sobre o suicídio alcançando questões de cunho biológico e psicológico, não centralizando a pesquisa em fatores sociais apenas. Acreditava que o suicídio não deveria ser estudado a partir de estatísticas, como propunha Durkheim, mas sim a partir de casos individuais, por ser este, resultado de uma conduta exclusivamente pessoal (BEACHLER *apud* TEODORO, 2019, p. 205).

Com o aumento do suicídio, elementos já abordados pelo autor são fáceis de serem identificados nos casos modernos. Na atualidade, compararmos os casos de suicídio permiti que reconheçamos a semelhança entre suas características e aquelas abordadas nos parágrafos anteriores. Podemos apontar alguns padrões nos casos recentes, algo que pode se aproximar de um modelo comum entre os ocorridos, como os seguintes:

1. Pessoas que se distanciam do meio social, vivendo um isolamento e permitindo que seus pensamentos se tornem a única medida moral que pode avaliá-los (VARES, 2020, p. 35);
2. Indivíduos que estão tão envolvidos em suas áreas de atuação que não cuidam de si mesmos, deixando que sua vida defina, cobrando sempre o melhor para os outros e distanciando do melhor para a sua própria vida (VARES, 2020, p. 37);
3. Sujeitos que tomados pelas responsabilidades para com o meio social, não encontram caminhos de paz, mas apenas uma tensão sobre suas vidas, desistindo de tudo por não serem capazes de resolver, corresponder, sanar seus problemas (CHITOLINA, 2023, p. 16);

“Durkheim, em sua obra, traz reflexões a respeito da grande influência que a sociedade exerce nos indivíduos, mesmo em situações em que o individualismo do ato esteja mais evidente do que a interferência promovida pelo contexto social” (TORO, 2013, p. 411), isto é, embora o suicida opte pela vida ou pela morte, ainda assim existe algo por trás que norteia a sua decisão, seja benéfico ou não, um exemplo que ele apresenta é o do contexto religioso e sua ação na vida dos fiéis.

Ao analisar os suicídios, Durkheim percebe que dentre os grupos sociais religiosos existe uma composição de sociedade capaz de suprimir o desejo suicida dos adeptos, favorecendo na prevenção de seu extermínio. Para o sociólogo, não é a pregação na vida eterna ou um respeito para consigo mesmo e com os demais seres humanos que causa esta prevenção, mas o fato de que uma sociedade deve ser composta de suas crenças e práticas, sendo elas tradicionais e obrigatórias, comum a todos aqueles que a compõe (DURKHEIM, 2000, p. 202-203), algo presente no cristianismo católico, por exemplo. Para ele:

Quanto mais numerosas e importantes essas situações coletivas, mais a comunidade religiosa é fortemente integrada; maior também é sua virtude de preservação. O detalhe dos dogmas e dos ritos é secundário. O essencial é que eles sejam de tal natureza que alimentem uma vida coletiva de intensidade suficiente (DURKHEIM, 2000, p. 203).

No decorrer de sua obra, Durkheim continua a desenvolver a categorização do suicídio, todavia, nesta pesquisa, basta-nos pensar nestes fatores sociais que determinam, influenciam, a vida das pessoas, provocando na sociedade um adoecimento. Baseando-nos no pensamento durkheimiano, a seguir dissertaremos um pouco acerca da figura de Judas Iscariotes, discípulo de Jesus que é retratado como um suicida.

1.1.4 Judas Iscariotes: o Traidor na História da Salvação

O instrumental que vimos até aqui servirá para entendermos o suicídio de um dos discípulos de Jesus, Judas Iscariotes, e o motivo que o fez tirar sua própria vida. Conforme o pensamento de Durkheim, Judas possuía tudo aquilo que seria capaz de evitar seu autoextermínio, uma vez que estava inserido em uma microssociedade, o grupo dos Doze, e vivendo uma integração com o próprio Mestre. Sua participação

naquela comunidade não era tida como inferior aos demais, mas possuía a mesma dignidade dos demais, tendo a sua importância, afinal, foi chamado a caminhar com o Salvador da humanidade. Assim como os demais discípulos, Judas também escuta a fala de Jesus declarando que: “Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que seu senhor faz; mas eu vos chamo meus amigos, porque tudo o que ouvi de meu Pai eu vos dei a conhecer” (Jo 15,15). A atitude de Judas, mencionada no Evangelho de Mateus, deve causar uma reflexão, pois mesmo depois de passar três anos caminhando com o Senhor, escutando seus ensinamentos, partilhando os desafios do anúncio do Reino, ele não é capaz de enxergar que Jesus perdoaria sua falta, seu pecado, e provoca sua própria morte por não identificar outro caminho.

A situação de Judas é demasiadamente complicada de ser entendida, mas as menções que a Sagrada Escritura possui acerca dele sempre o colocam em uma situação de desvinculo social. Em Mt 10,4, Judas é apresentado como o traidor de Jesus; em Jo 12,4-6, Judas indaga o uso do perfume para ungir os pés do Mestre, alegando interesse no dinheiro para ajudar aos pobres, mas sendo desmascarado no próprio capítulo, descrito como um ladrão, como alguém que tirava dinheiro da bolsa comum de sua comunidade; em Mt 26,14-15 e Mc 14,10-11 é descrito que Judas vai ao encontro dos chefes dos sacerdotes afim de entregar Jesus, aquele que o escolheu e a quem seguiu ao longo de sua vida pública; no capítulo 13 de João, Jesus sabe da traição de Judas e ainda assim permanece na mesa junto dele; o beijo e a saudação de Judas a Jesus afim de identificá-lo para aqueles que iriam prendê-lo, conforme Mc 14,44; e, por fim, o remorso que o atingiu e que o levou a ceifar a sua vida (Mt 27,5). A morte de Judas é marcada pela sua ganância, pela traição de seu próprio Mestre e por uma culpa que o corroía por dentro. O remorso de Judas o faz buscar uma solução, que é a de devolver aos Mestres da Lei as moedas que recebeu por entregar Jesus a eles, porém, ao não obter a correção de sua falta, opta pela autodestruição, opta pelo enforcamento (Mt 27, 3-5).

Podemos pensar que Judas não se via como digno da misericórdia de Deus? Ou ainda, será que ele não pensava ser inferior aos demais? São perguntas que não podemos responder, mas é certo afirmar que a ação de Judas se estabeleceu na história, uma vez que na perspectiva social popular, sua imagem é sempre associada a traição e a morte. De modo mais geral, as normas e crenças cristãs atribuíam o suicídio a algumas emoções – a ira, acídia, tristeza e o desespero -, mas eram

considerados como pecados e, portanto, foram vetados aos fiéis, buscando sua conservação. Foram feitas diversas imagens de Judas com a corda em seu pescoço para que o fiel se lembre do fim que caberia a ele se sucumbisse a tais emoções, servindo assim como um aviso, amedrontando-os (BARBAGLI, 2019, p. 98).

Entretanto, Judas não é a única personagem que deu fim a sua vida na Escritura Sagrada, na tradição veterotestamentária temos outros casos e cada um com a sua própria motivação: temos Abimeleque que, após ser ferido por uma pedra lançada por uma mulher, pede ao seu escudeiro que o mate, pois não poderia permanecer vivo diante de tal desonra, para ele seria uma humilhação ser ferido por alguém do sexo oposto (Jz 9,54); em 1Sm 31,4-6 temos o relato da morte do rei Saul, que, ao ser ferido em batalha, lança-se contra sua própria espada afim de findar as torturas e humilhações que seus inimigos lhe haviam feito e influenciado por sua atitude, seu escudeiro igualmente se sacrifica; além de outros como Aitofel, em 2Sm 17,23, Sansão em Jz 16,26-31 e Zambri em 1Rs 16,18 (PENA, 2012, p. 16).

Para uma análise apropriada dos textos bíblicos, precisamos distingui-los a partir da variação proposta por Durkheim: quando lidamos com casos de personagens que tiraram suas vidas por um desejo egocêntrico de morrer, lidamos com o “*suicídio direto* ou *egoísta*, ao passo que o ato de tirar a vida, praticando ou deixando de praticar uma ação determinante que comportaria como consequência a própria morte e tendo em vista a defesa de um bem maior é considerado *suicídio indireto*, ou *altruísta*” (BRUSTOLIN, 2013, p. 335).

Uma vez que a tradição bíblica é de origem semita, entendemos que a o grande centro da vida dos judeus está pautado na Aliança do Sinai, quando Moisés recebe de Deus as Tábuas da Lei, isto é, o Decálogo (Ex 19). Orientando-nos pelo quinto mandamento “não matarás” (Ex 20,13), devemos compreender que esta Lei “não proibi apenas o assassinato do outro, mas a matar a si mesmo” (BARBAGLI, 2019, p. 61), porém o cristianismo, ao longo dos séculos, é marcado também pela morte de muitos de seus fiéis, alguns portando-se como os suicidas altruístas mencionados por Durkheim, todavia estes foram considerados mártires da fé, entregando suas vidas em favor da defesa de Jesus Cristo e de seu Evangelho. Em vista disto, Brustolin, palitando-se nas perspectivas bíblicas, diz:

(...) não seria correto compreender como suicídio o fato de alguém se sacrificar até a morte por uma causa que considere justa e

irrenunciável. Se a defesa de uma causa altruísta comportar como consequência a morte do sujeito, tal fato não pode ser considerado suicídio, porque, apesar de haver um assentimento voluntário em relação à própria morte, esse não é, de fato, o fim que se pretende. (...) O sentido cristão de dar a vida por amor remete a pessoa à transcendência do próprio ego. Esse significado não cabe nas estreitas conceituações de suicídio (BRUSTOLIN, 2013, p. 335).

Para Santo Agostinho, o suicídio não deveria ser entendido como algo separado da realidade do homicídio, pois ambos assumem o papel de pecado gravíssimo contra Deus (AGOSTINHO, 2016, p. 158). Sendo assim, não basta apenas pertencer a uma sociedade, como nos diz Durkheim, e nem nos adianta termos as regras como descrito no *Suicídio anômico*, mas é preciso ter um sentido existencial sobre o seu proceder. Deste modo, veremos no capítulo seguinte o pensamento católico acerca da temática em vista de obtermos uma compreensão sobre os casos de suicídio entre os padres brasileiros, visando, posteriormente, buscar meios de superar este desafio eclesial contemporâneo.

2. A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E O SUICÍDIO

Conforme apresentado até aqui, o posicionamento da Igreja, acerca do suicídio, está vinculado a defesa da vida daqueles que são obras do Criador, entretanto o pensamento cristão foi evoluindo, ou amadurecendo se assim podemos dizer, pois aquilo que compreendia uma visão limitada do ser humano, tornou-se mais ampla com o passar dos anos.

Este capítulo tem por objetivo apresentar o pensamento da Igreja Católica em relação ao autoextermínio em dois períodos, aquele que antecede o último Concílio da Igreja, o Vaticano II, expresso em encíclicas, catecismo e outras obras do Magistério, e, posteriormente, explicitar as suas contribuições para a discussão atual do suicídio no clero brasileiro, usufruindo do material inspirado pelas reflexões conciliares.

2.1 A Perspectiva da Igreja Católica sobre o Suicídio antes do Concílio Vaticano II

2.1.1 Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino

Conforme vimos no capítulo anterior, a Igreja Católica torna-se a responsável pelo entendimento de pecado em relação ao suicídio, defendendo com afinco a vida do ser humano. Embora seu posicionamento sobre o assunto seja de que a vida deve ser defendida a todo custo, a compreensão eclesial do assunto foi sendo moldada com o tempo. No período patrístico já era possível identificar uma aversão ao suicídio e à sua categorização como um pecado grave. Para melhor compreendermos esse posicionamento, a seguir veremos o desdobramento do pensamento de dois santos e doutores da Igreja que deram contribuições significativas para o magistério, sendo eles Agostinho, bispo de Hipona, e Tomás de Aquino, o Doutor Angélico.

Santo Agostinho (354-430), declara em duas de suas obras, o primeiro volume de *Cidade de Deus* e o *Livre-arbítrio*, uma reflexão sobre o ato de extinguir a própria vida. Na obra *Cidade de Deus*, Agostinho afirma que “o suicídio fere diretamente o

quinto mandamento da Lei de Deus dada a Moisés, o mandamento do *Não matarás* (Ex 20,13)” (AGOSTINHO, 2016, p. 159). Para Agostinho, não se justifica tirarmos a nossa vida, pois os possíveis argumentos apresentados não são capazes de sustentar tal atitude. Nada justifica a escolha pelo próprio extermínio, uma vez que, segundo o bispo de Hipona, “o sofrimento deve ser um purificador da nossa condição de pecadores” (AGOSTINHO, 2016, p. 159), com isso, nem mesmo “o receio de morrer nas mãos dos inimigos” (AGOSTINHO, 2016, p. 159) em defesa de Deus, em defesa da fé, pode ser usado como uma resposta a situação do suicídio, esse receio, ao contrário, pode conduzir ao martírio, que é visto como uma graça, “pois o pecado só existe na alma, e mesmo que o corpo seja violado pelas investidas inimigas, mantendo-se pura e alheia ao pecado que está sendo cometido contra ela, a pessoa não perde a sua salvação” (AGOSTINHO, 2016, p. 159). Nem mesmo o receio de perder a salvação, por conta do pecado, deve nos motivar à morte, “se fosse assim, os neófitos, aqueles que receberam a graça do batismo, deveriam ceifar suas vidas o quanto antes, pois assim não perderiam a recompensa dos justos” (AGOSTINHO, 2016, p. 159), isto é, não dariam tempo para que pudessem cair em pecado. O medo da violência também não deve ser um motivador para a nossa morte, pois, segundo Agostinho, o próprio suicídio é um “ato de violência cometido contra si próprio” (AGOSTINHO, 2016, p. 159), contrariando o pensamento inicial.

Na obra *O Livre-arbítrio*, Agostinho coloca que “ninguém possui o desejo de não existir, pois isto seria uma mentira, afinal o que a pessoa deseja realmente é uma vida longe da infelicidade” (AGOSTINHO, 1995, p. 168-169). O nada, o deixar de existir, não pode ser melhor do que a própria existência. Santo Agostinho desenvolve seu argumento mostrando que optar pela morte é um erro cometido pelo próprio suicida, uma vez que “quando alguém faz uma boa escolha é preciso que o objeto desejado, uma vez obtido, torne melhor aquele que optou por ele” (AGOSTINHO, 1995, p. 174), porém, neste caso, a pessoa coloca-se em uma posição pior do que estava, pois não existe algo melhor do que o existir. “Ninguém que se suicida ou que deseja a morte de qualquer maneira possui o sentimento de que não será nada depois da morte” (AGOSTINHO, 1995, p. 174). Com isso, o Bispo de Hipona acrescenta:

Quando uma pessoa crê que após a morte não mais existirá, e que, entretanto – levada por tristezas intoleráveis, inclina-se com todo seu desejo em direção à morte – resolva abraçá-la e, com efeito, suicida-

se. Há em seu parecer a crença errônea de completo aniquilamento (AGOSTINHO, 1995, p. 174-175).

Santo Agostinho coloca o suicídio como uma problemática para a existência, opondo-se àquilo que é obra do Criador. Este pensamento é sustentado em suas duas obras aqui mencionadas e percorre no pensamento da Igreja até a atualidade, amadurecendo com o desenvolvimento do cristianismo frente aos desafios do nosso tempo.

Chegando ao século XIII, temos o pensamento de Santo Tomás de Aquino que reforça a perspectiva eclesial acerca do suicídio. Na *Summa Theologiae*¹, na questão 64, o Aquinate dedica oito artigos à exposição de seu pensamento acerca da temática do suicídio. No artigo quinto, Santo Tomás interroga se é lícito se matar e conclui que é um ato ilícito por três razões: 1ª) o ato suicida é uma ação contrária ao amor de si mesmo; 2ª) é uma injustiça contra a comunidade humana, contra a sociedade, uma vez que o sujeito é parte de um todo: a comunidade; 3ª) Deus é o Senhor da vida e da morte, aquele que determina quem vai viver e quem vai morrer, portanto quem se priva da vida, peca contra Deus (AQUINO, 2012, p. 138).

Aproveitando do pensamento destes doutores eclesiais, a Igreja foi formulando o seu pensamento e estabelecendo outras normativas diretivas para os membros do corpo de Cristo. Com isso, vale mencionar outra vez que foi o cristianismo o responsável pela formulação clara do suicídio como um pecado grave, expondo a condenação a tal prática, compreendendo-a sempre como um homicídio cometido contra si mesmo, um “auto homicídio” (PELLIZZARO, 1997, p. 1188). Diante destas questões, surgem medidas contrárias ao pecado como um todo, todavia são acrescentadas também posturas severas contra aqueles que se suicidam, como veremos adiante.

2.1.2 Penitências tarifárias

Diante da realidade do pecado, nos primeiros séculos da Igreja, foram surgindo meios de purificar as culpas dos fiéis com algo que viria a ser estruturado e,

¹ Suma Teológica.

posteriormente, chamado de sacramento da Penitência. A confissão, além de ter origem bíblica (Jo 20,23; Tg 5,16), é mencionada como uma prática já na *Didaqué*, o Catecismo dos primeiros cristãos, indicando ao fiel confessar os seus pecados em vista de “não começar uma oração com uma má consciência” (DIDAQUÉ, 1989, p. 16). Além disso, Santos como Irineu de Lião e João Crisóstomo já mencionavam o ato de confessar os pecados em seus escritos (IRINEU, 1995; CRISÓSTOMO, 1979). Santo Irineu (202) fala sobre mulheres que após pecarem, foram ao encontro da confissão e fizeram penitências públicas para reparar o pecado (IRINEU, 1995, p. 70-73), por sua vez São João Crisóstomo (407) fala sobre a posição do presbítero como aquele que é dotado da força de Deus para perdoar as faltas do rebanho que lhe foi confiado. Ele nos diz que "o que os sacerdotes realizam aqui na terra, Deus o confirma nos céus, selando o julgamento de seus servidores" (CRISÓSTOMO, 1979, p. 56) e acrescenta que “não existe poder maior do que o concedido ao sacerdote, o poder de perdoar os pecados, sendo loucura desprezar algo já estabelecido por Deus” (CRISÓSTOMO, 1979, p. 56). Sendo assim, baseando-nos em dois referenciais teóricos do período patrístico é possível identificar que a confissão já era recomendada pela Igreja como meio necessário para a conversão e salvação nos primeiros séculos (NEVES, 2023, p. 33).

Avançando um pouco na história, deparamo-nos com o Concílio de Trento (1545-1563) que marca a história da Igreja com profundas mudanças em seu proceder, estabelecendo normativas que conduziram a Igreja por mais de quatro séculos. Embora não haja um Catecismo produzido dentro do Concílio, no ano de 1566 é promulgado o que viria a ser chamado de Catecismo de Trento, Catecismo de Pio V, ou ainda, Catecismo Romano (CATECISMO [1566], 2020, p. 18). Sendo designado pelo Papa Pio IV, alguns bispos e teólogos ficam responsáveis pela elaboração do texto, a fim de passar algumas orientações para os fiéis em relação a doutrina e o magistério cristão (CATECISMO [1566], 2020, p. 18). Antes de sua conclusão, no ano de 1565, o Sumo Pontífice vem a falecer, um ano antes da finalização do Catecismo, fazendo com que este fosse publicado em outubro do ano seguinte por seu sucessor, Pio V, a quem a obra é comumente associada por ter sido promulgada durante seu pontificado (CATECISMO [1566], 2020, p. 19-20).

O Catecismo Romano (1566) foi dividido em quatro partes, sendo elas: O Símbolo Apostólico; Os Sacramentos; Os Mandamentos; A Oração. Dentre estes

pontos há um desdobramento para cada parte e é na terceira parte, sobre os mandamentos, encontramos reflexões sobre o quinto mandamento, “Não Matarás”. O texto diz o seguinte:

A ninguém, tampouco, é permitido suicidar-se, porque ninguém dispõe assim de sua vida, que possa a seu talante procurar a morte de própria mão. Por isso, o Preceito não tem por teor as palavras: “Não mates a outrem”, mas diz simplesmente: “Não mates” (CATECISMO [1566], 2020, p. 506).

Embora “o decreto tridentino não contenha nenhuma norma relativa à moral” (PRODI, 2011, p. 32 *apud* FRECHEIRAS, 2021, p. 172), podemos dizer que “ele é o lugar de nascimento da teologia moral” (KEENAN, 2009, p. 154 *apud* FRECHEIRAS, 2021, p. 172) e, a partir dele, “o poder religioso começou a atuar sobre as consciências” (FRECHEIRAS, 2021, p. 173).

Neste ponto da história da Igreja, tendo estabelecido o sacramento da Penitência como proveniente de Deus, os padres confessores passam a ouvir a confissão dos fiéis, porém era necessário um modo prático de exercer o ofício e é neste período que fica estabelecido o pensamento casuístico como forma moral de condução do sacramento da Penitência. A respeito do sacramento da penitência, Frecheiras diz:

O sacramento da penitência foi fortalecido, a disciplina eclesiástica exigida, além dos inúmeros manuais de teologia moral surgidos, com o intuito de auxiliar os padres confessores em situações específicas de confessorário (FRECHEIRAS, 2021, p. 173).

E ainda:

A casuística era a prática da análise moral baseada na consciência. Ela compreende uma parte significativa da tradição dos manuais até a primeira metade do século XX. O método da casuística começa sublinhando um caso moral hipotético que poderia ocorrer durante a confissão ou durante uma sessão de aconselhamento (FRECHEIRAS, 2021, p. 174).

Com o pensamento casuístico, os padres administravam penitências com base no pecado do fiel, baseados em casos hipotéticos proporcionais à gravidade dos pecados confessados, estabelecendo uma sistemática para a distinção do que é o pecado.

Dentro desta dinâmica de distinção dos pecados, algumas “infrações” acabaram recebendo penas específicas, este é o caso de pecados como apostasia,

filiação a seitas heréticas ou cismáticas, afiliados a maçonaria ou outras sociedades do mesmo gênero e aqueles que cometem suicídio (CIC [1917], n. 1240). Fiéis que cometiam tais pecados eram submetidos a restrições religiosas e sociais em resposta às ações cometidas, fazendo com que práticas religiosas não pudessem ser aplicadas a eles como, por exemplo, rituais fúnebres, exéquias e missas pela alma do fiel (PELIZZARO, 1997, p. 1188), além de não poderem ser sepultados em uma sepultura cristã, conforme mencionado no *Codex Iuris Canonici* de 1917 (CIC [1917], n. 1240), o cânon 1240 diz o seguinte:

1240 §1. *Están privados de la sepultura eclesiástica, a no ser que antes de la muerte hubieran dado alguna señal de arrepentimiento: (...) 3.º Los que se han suicidado deliberadamente;* (CIC [1917], n. 1240)².

No Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral (Denzinger), naquilo que compete ao sacramento da Penitência, descreve que para cada pecado fazia-se necessário que houvesse uma “satisfação”, isto é, uma penitência a fim de que o penitente se arrependesse e “não achasse que o julgamento fosse leve e viesse a cometer faltas mais graves” (DENZINGER, 2007, p.434-435).

Desta forma, o critério para que haja o perdão dos pecados depende de três critérios: contrição sincera, confissão sacramental e a satisfação [penitência] do fiel, porém, no caso do suicídio, tendo o suicida tirado a própria vida, não há possibilidade de executar tais ações, logo não há perdão para aquele que se suicida, daí pode ter surgido o pensamento de que a “recompensa” do suicida é o inferno, pois não há como reparar o erro cometido. Com o Concílio Vaticano II a perspectiva muda, a integralidade do ser humano é vista de outra forma, não limitando a análise ao ocorrido, mas são considerados outros fatores, como veremos a seguir.

2.2 A Perspectiva da Igreja Católica sobre o Suicídio após o Concílio Vaticano II

Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor as necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações. (...) Assim sendo, a Igreja Católica, levantando por meio deste Concílio Ecumênico o facho da verdade

² Estão privados da sepultura eclesiástica, a não ser que antes da morte tenham dado algum sinal de arrependimento os que se suicidaram deliberadamente – tradução nossa.

religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos dela (JOÃO XXIII, 1962).

Um trecho do discurso de abertura do Concílio Vaticano II, proferido por São João XXIII, serve de introdução à mudança de perspectiva adotada pela Igreja com o novo Concílio. Nesse sentido, Melgaço, apoiando-se em Laboa, afirma:

O novo papa assumiu, diante da modernidade, uma atitude distinta daquela adotada pelos seus predecessores. A postura militante e de contestação diante do mundo moderno e o esforço pelo reestabelecimento da cristandade são substituídos por uma postura menos hostil, com ênfase no diálogo amigável com aqueles que se encontram fora da Igreja, fossem cristãos de outras denominações, fossem seguidores de outras religiões ou, até mesmo, adeptos do comunismo, tão combatidos pelos pontífices anteriores (LABOA, 2002, p.255-257 *apud* MELGAÇO, 2022).

Aqui deparamo-nos com a exposição de uma identidade da Igreja que precisava ser resgatada, num retorno à imagem misericordiosa de Jesus Cristo, espelhada na vida e missão da Igreja.

Com a chegada de Angelo Giuseppe Roncalli ao papado no ano de 1958, após a morte de seu antecessor, Pio XII, a Igreja passa a ser orientada pelo discernimento e perspectiva de um novo papa. No ano seguinte, em 1959, o Papa João XXIII faz o anúncio daquilo que viria a mudar a “perspectiva antimoderna medieval” do papado anterior (SOUZA, 2020, p. 356). Ele anuncia três grandes acontecimentos que mudariam o rumo da caminhada de fé da Igreja Católica, sendo eles “o Sínodo Diocesano de Roma, a revisão do Código de Direito Canônico e a execução de um concílio, o Vaticano II” (SOUZA, 2020, p. 359). Esta sua atitude o distinguiu de seu antecessor e o deixou conhecido como “o papa do século” (SOUZA, 2020, p. 355).

O Concílio Vaticano II, convocado no dia 25 de dezembro de 1961 através da Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (JOÃO XXIII, 1961), e iniciado no dia 11 de outubro do ano seguinte com o Discurso de Abertura feito pelo Santo Padre (JOÃO XXIII, 1962), surge no meio de um contexto difícil para a humanidade. O mundo passava pelas consequências das duas Grandes Guerras, estas que deixaram marcas irreparáveis na história. No ano de 1915, já ordenado como presbítero, Pe. Roncalli, posteriormente João XXIII, “foi até a guerra para defender o seu país, sendo convocado para ser sargento sanitário e nomeado como capelão militar dos soldados feridos” (SOUZA, 2020, p. 360), permitindo que ele pudesse observar, sentir, o

sofrimento do povo, o sofrimento dos soldados que matavam uns aos outros em uma guerra em que ninguém sairia como vencedor, pois, conforme nos afirma o Papa Francisco, “a guerra é sempre uma derrota, uma derrota para toda a humanidade” (FRANCISCO, 2024a).

Em seu curto pontificado, 1958 a 1963, pode expressar seu pensamento em poucos documentos e, entre eles, está uma que foi nomeada como *Pacem in Terris* (1963), “uma grande herança deixada para a Igreja pelo seu papado” (SOUZA, 2020, p. 361). Nela identificamos uma preocupação com as pessoas, expressando que “ao nos dispormos a tratar dos direitos do homem, advertimos, de início, que o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida” (PT, n. 11).

Em 03 de junho de 1963 – Dia de Pentecostes – morre João XXIII (SOUZA, 2020, p. 362), sem que o concílio tivesse o seu fim e, orientado pelo Código vigente, o concílio é interrompido para que fossem realizados os ritos correspondentes a situação. Poucos dias depois, no dia 21 de junho daquele ano, é eleito papa o arcebispo de Milão, Giovanni Montini, com o nome de Paulo VI, que dá continuidade ao concílio (SOUZA, 2020, p. 362).

Com o avanço do Vaticano II, a atenção para o ser humano trouxe considerações distintas do passado, pelo menos no que compreende a questão moral. Na *Constituição Pastoral Gaudium et Spes* é ratificada a importância do ser humano e o respeito que a ele deve ser atribuído.

O homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dele, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador. Não pode, portanto, desprezar a vida corporal; deve, pelo contrário, considerar o seu corpo como bom e digno de respeito, pois foi criado por Deus e há de ressuscitar no último dia (GS, n. 14).

Diante do valor incomensurável da vida humana e das suas contradições, a Constituição afirma que “só no mistério do Verbo Encarnado se esclarece verdadeiramente o mistério do homem” (GS, n. 22; SOUZA, 2024, p. 16). Deus quis o ser humano, é uma criatura querida por Deus por si mesma (GS, n. 24) e isto já nos transparece a decisão de Deus por sua obra.

A valorização do ser humano está vinculada a centralidade do pensamento conciliar, mostrando como a comunidade, como o ser humano possui o seu valor. Na

Constituição Dogmática Lumen Gentium, por exemplo, existem menções acerca da importância da comunidade para a valorização do indivíduo, para o acolhimento e participação deles naquilo que compreende o ser Igreja. Como podemos ver a seguir:

Aprova com tudo a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituir os num povo, que O conhecesse na verdade e santamente O servisse (LG, n. 9)

Vemos que a Igreja retorna o pensamento de uma comunidade que é salva estando com o outro, não mais de uma maneira isolada e indiferente. Existe uma responsabilidade para com os irmãos, reforçando aquilo que é prática evangélica de ir ao encontro a fim de restituir a dignidade do fiel (Mt 18, 15-17).

Com base nestas afirmações, podemos constatar que a vida humana continua sendo defendida por ser obra de Deus, obra de seu Criador, porém, diferente da perspectiva casuística assumida pela Igreja até a chegada do Concílio Vaticano II, existem outros elementos que corroboram para a compreensão sobre a vida do fiel e os pecados por ele executados. Após a promulgação das quatro Constituições Conciliares, é possível notar que o pensamento nelas contido, embora não possua uma menção específica acerca do suicídio, traz elementos que ajudam na compreensão contemporânea deste mal.

Segundo o Catecismo da Igreja Católica,

O suicídio contradiz a inclinação natural do ser humano a conservar e perpetuar a própria vida. É gravemente contrário ao justo amor de si mesmo. Ofende igualmente ao amor do próximo, porque rompe injustamente os vínculos de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana, às quais nos ligam muitas obrigações. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo (CIGC, n. 2281).

Algo que mantém o pensamento de Trento, porém é acrescentado elementos que mudam a perspectiva da análise, sendo eles:

Distúrbios psíquicos graves, a angústia ou o medo grave da provação, do sofrimento ou da tortura podem diminuir a responsabilidade do suicida.

Não se deve desesperar da salvação das pessoas que se mataram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida (CIGC, n. 2282-2283).

E é nesta perspectiva que podemos notar o pensamento personalista cunhado a partir do Concílio Vaticano II, mudando aquilo que era ligado ao caso, isto é, a

perspectiva casuística aqui já mencionada, para uma centralidade no ser humano e em sua dignidade, levando em consideração o seu corpo, sua alma (CIgC, n. 362-368) e o seu espírito (CIgC, n. 367), mas desmembrando para a realidade do ser racional, criado como um ser dotado de razão (CIgC, n. 1730). Isso nos é apresentado em diversos documentos do Magistério e abaixo serão mencionados alguns que apresentam este pensamento de forma clara:

No Catecismo da Igreja Católica está descrito:

A pessoa humana, criada à imagem de Deus, é um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual (CIgC, n. 362). Muitas vezes, na Sagrada Escritura, o termo alma designa a vida humana ou pessoa humana inteira (...) “alma” significa o princípio espiritual do homem (CIgC, n. 363). Deus criou o homem dotado de razão e lhe conferiu dignidade de uma pessoa agraciada com a iniciativa e o domínio de seus atos. (...) para que pudesse ele mesmo procurar seu Criador e, a este aderindo livremente, chegar à plena e feliz perfeição (CIgC, n. 1730).

O Catecismo ainda leva em consideração que além dos elementos mencionados que compõem o ser humano, deve ser levado em consideração os demais elementos que nele estão contidos, como a dimensão psíquica, mencionada no número 2282, ao dizer que para a situação do suicídio deve ser considerado os “distúrbios psíquicos graves, a angústia ou o medo grave da provação, do sofrimento ou da tortura” (CIgC, n. 2282).

Na *Gaudium et Spes* também é destacada esta visão acerca do ser humano e sua dignidade:

É em face da morte que o enigma da condição humana mais se adensa. Não é só a dor e a progressiva dissolução do corpo que atormentam o homem, mas também, e ainda mais, o temor de que tudo acabe para sempre. (...) Enquanto, diante da morte, qualquer imaginação se revela impotente, a Igreja, ensinada pela Revelação divina, afirma que o homem foi criado por Deus para um fim feliz, para além dos limites da miséria terrena. A fé cristã ensina, além disso, que a morte corporal – de que o homem seria isento se não tivesse pecado – será vencida, quando o homem for pelo onipotente e misericordioso Salvador restituído à salvação que por sua culpa perdera (GS, n. 18).

Esta dignidade é nos dada por Deus não só aos seres criados à sua imagem e semelhança, mas aos seres redimidos por Jesus Cristo, tendo Ele subido ao Céu de corpo e alma, levando até a Trindade, algo que pertence às características da sua própria criação, como podemos apontar ainda nesta *Constituição Apostólica*: “Já que nele [Jesus Cristo], a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo

também em nós ela foi elevada a sublime dignidade. Porque, pela sua Encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem” (GS, n. 22).

Com a reforma do Código de Direito Canônico, promulgado no ano de 1983 mas dando continuidade a perspectiva pós-conciliar, observamos diferenças na forma de lidar com aquilo que compreende o ser humano. Diferente do cânon 1240 do *Códex Iuris Canonici* (1917) aqui já mencionado, o Código de Direito Canônico promulgado em 1983 traz alterações no proceder em relação aos ritos fúnebres e, conseqüentemente, as sepulturas. O novo Código estabelece que apenas três grupos não devem ser assistidos aquilo que envolve os ritos fúnebres, sendo eles: 1º os apóstatas, hereges e cismáticos notórios; 2º os que tiveram escolhido a cremação de seu corpo por motivos contrários a fé cristã; 3º outros pecadores manifestos, aos quais não se possam conceder exéquias eclesiásticas sem escândalo público dos fiéis (CIC [1983], n. 1184).

Diante dos pontos aqui mencionados, evidencia-se a mudança de perspectiva no pensamento da Igreja entre os dois períodos analisados: de uma postura mais rígida, casuística e excludente, para uma abordagem personalista, pastoral e misericordiosa. Esses elementos servirão de base para, no próximo momento, analisarmos uma situação concreta e desafiadora que atinge inclusive os ministros ordenados: o sofrimento psíquico e o suicídio entre presbíteros.

2.3 O autoextermínio: Pode o ser humano optar por sua morte?

Como vimos até aqui, o suicídio esteve presente ao longo da história, sendo abordado por diferentes culturas e reflexões filosóficas e religiosas. Ao chegarmos na atualidade, vemos o quanto a sociedade avançou em relação à infraestrutura urbana e aos avanços tecnológicos e científicos, porém continua a carregar os pesos do passado, mantendo o suicídio como uma realidade persistente na sociedade contemporânea. Presente em tantas culturas como algo cultural, hoje torna-se um desafio a ser superado. A valorização e preservação da vida tornam-se cada vez mais desafiadoras, uma vez que hoje temos discussões recorrentes acerca da vida e da morte. Enquanto o suicídio é combatido, temos a eutanásia sendo difundida e defendida em alguns países como um direito do ser humano, sendo eles, a Espanha,

Portugal, Canadá, Colômbia, Austrália, Nova Zelândia, alguns estados dos Estados Unidos, além do Peru que permitiu a eutanásia pela primeira vez em 2024 (BRUM, 2024); diante desta situação, cabe-nos perguntar: *pode o ser humano optar por sua morte?* A compreensão sociológica de Durkheim ajuda-nos a perceber que a individuação ou ainda a integração excessiva são capazes de fazer com que o sujeito abandone a vida, perdendo o sentido de sua existência, não sabendo qual o seu papel na sociedade contemporânea (DURKHEIM, 2000).

Na atualidade vemos que existe um aumento nos casos de suicídio, quando comparamos com os registros estudados por Durkheim no fim do século XIX. Conforme já mencionado, o suicídio, para o cristianismo, sempre foi visto como um problema, pois se trata de uma vida, porém, com os avanços dos estudos teológicos por parte dos Padres da Igreja, principalmente com Agostinho e Tomás de Aquino, aqui já citados, a prática da auto aniquilação recebe uma outra interpretação, aquele que o pratica está cometendo um pecado gravíssimo. A Igreja preservou a defesa a vida e a oposição ao suicídio, todavia eles não pararam de acontecer, mas assumiram uma proporção incomum e por motivos distintos daqueles ocorridos no passado.

Na sociedade contemporânea a existência humana se encontra marcada por uma crise de valores e de sentido, que advém dos aspectos peculiares da modernidade como o racionalismo e a intelectualidade e de um excessivo relativismo cultural, individualista, de consumo, hedonista e utilitarista (WÜNSCH, 2016, p. 3).

Comentando sobre Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, de João Paulo II, Wünsch diz:

A experiência da morte e todo o tipo de sofrimento passam a ser vistos como absurdo e um mal a ser suprimido, sendo questões que põem em curso a consciência moral da sociedade, que tolera ou favorece comportamentos contrários à vida. Na busca do bem-estar material, os indivíduos esquecem as dimensões existenciais e refutam o sofrimento e a morte (WÜNSCH, 2016, p. 3).

Conforme foi-nos apresentada, a posição da Igreja torna-se unânime, condenando o ato suicida. Tomás de Aquino reforça essa posição. Ele trata do suicídio na Suma Teológica, ao abordar o tema mais amplo do homicídio, na questão 64, com oito artigos (BRUSTOLIN, 2013, p. 336). Conforme já mencionado, no artigo quinto, Santo Tomás ensina que o suicídio é um ato ilícito por três motivos fundamentais: ele contradiz o amor que o homem deve nutrir por si mesmo,

representa uma injustiça contra a sociedade da qual é parte, e, sobretudo, constitui uma ofensa contra Deus, o único Senhor da vida e da morte. Esta perspectiva reafirma que a vida humana não pertence exclusivamente ao indivíduo, mas é dom recebido e confiado por Deus, a ser cuidado com responsabilidade e amor (AQUINO, 2012, p. 138). Sendo assim, foi o cristianismo que formulou, de modo claro, a condenação do suicídio e, desta forma, é sempre entendido como um auto-homicídio (PELLIZZARO, 1997, p. 1088).

Ainda hoje nos deparamos com a realidade do suicídio, marcado pela falta de sentido, egoísmo, individualismo, falta de conexão social ou interação com o outro, inclusive em ambientes eclesiais, onde, segundo Durkheim, seria um lugar em que a propensão ao suicídio seria menor, uma vez que possui uma integração social estruturada (VARES, 2020, p.36).

A sociedade se defronta-se com algo que não consegue dominar, segundo os registros do Sistema Único de Saúde (SUS), ao longo do ano de 2023, houve 11.502 internações relacionadas a lesões em que o indivíduo tinha o objetivo de ferir a si mesmo, tentando liquidar com sua vida, estabelecendo uma média de 31 casos por dia. Este aumento é extremamente alarmante, pois, comparando com os dados de 2014, com quase dez anos de diferença, foram registrados 9.173 casos, uma diferença de 25% a menos em relação a 2023 (LABOISSIÈRE, 2024). De acordo com os registros, o gênero masculino ocupa a maior parte das fatalidades, sendo também o grupo mais violento ao realizar o autoextermínio, usufruindo de armas de fogo, enforcando-se ou atirando-se de locais demasiadamente altos, algo que os distingue do público feminino que opta pelo envenenamento, cortar-se ou até mesmo queimar-se (BERTOLOTE, 2012, p. 49-50).

Diante desse cenário alarmante, destaca-se um grupo cuja crescente vulnerabilidade vem chamando a atenção: os sacerdotes da Igreja Católica. Não raro, presbíteros aparecem nas manchetes não por suas exímias ações pastorais, mas por tragédias que revelam um sofrimento silencioso. Muitos, exauridos pelas exigências ministeriais e mergulhados em solidão, acabam sucumbindo à dor e ao desespero, tirando a própria vida em decorrência de uma frustração consigo mesmo e com o outro.

2.3.1 O ministério do exaustão: os padres que perderam o sentido do ministério

Como mencionado no parágrafo anterior, os desafios enfrentados pelos clérigos da Igreja Católica vêm fazendo com que haja um adoecimento na vida e ministério dos padres. O distanciamento do clero, da paróquia e da sociedade são frutos desta individuação já alertada por Durkheim como um dos fatores para o suicídio ocorrer (DURKHEIM, 2000, p. 269) e somado a um isolamento, a uma reclusão, os sacerdotes acabam solitários com seus pensamentos destrutivos, com seus sofrimentos não partilhados e, desta forma, entregam-se a dor e, posteriormente, à morte.

Em meio às dores da sociedade contemporânea, os presbíteros são chamados a estar na linha de frente do cuidado espiritual e humano, acompanhando um povo marcado por feridas existenciais e pela busca desesperada de sentido. O Papa Francisco, na encíclica *Fratelli Tutti*, reconhece que “o sofrimento de uma pessoa é um chamado que se escuta com o coração” (FT, n. 281), destacando que o cuidado não pode ser apenas técnico ou funcional, mas profundamente humano e compassivo. Em 2019, a Organização Mundial da Saúde alertou que, a cada 40 segundos, uma pessoa tira a própria vida no mundo, somando mais de 700 mil suicídios por ano, sendo o suicídio uma das principais causas de morte entre jovens de 15 a 29 anos. Esses números revelam não apenas uma crise de saúde pública, mas também um vazio espiritual que desafia a missão evangelizadora da Igreja. Como afirmou Bento XVI: “O mundo precisa de Deus. Precisa de um Deus que seja próximo, que nos mostre o seu rosto e nos salve. (...) Quando falta Deus, falta também a esperança” (SS, n. 23). Neste contexto, o padre é convocado a ser instrumento da ternura divina, “homem de misericórdia e compaixão, próximo de seu povo e servidor de todos” (EG, n. 270), ajudando a restaurar vidas que se encontram na beira do desespero.

É nesse contexto de dor coletiva que o serviço do clero se faz ainda mais necessário. Contudo, muitos padres também passam a figurar nas estatísticas, vítimas de suas próprias fragilidades humanas. Diante de uma sociedade marcada pelo adoecimento psíquico e pelo desgaste físico, a Igreja Católica – por meio de seus ministros ordenados – continua a anunciar a esperança e proclamar a Boa Nova da Ressurreição. No entanto, o aumento nos casos de suicídio entre presbíteros levanta

questões profundas sobre a eficácia da fé no enfrentamento das aflições humanas: *como uma instituição pode ajudar a carregar os sofrimentos alheios se os próprios portadores da esperança estão sucumbindo aos seus?*

Entre os anos de 2016 e 2023, foram noticiados 35 casos de suicídio entre clérigos brasileiros (NASCIMENTO, 2023). Não há, porém, um padrão definido entre os episódios, visto que envolvem tanto padres com longa trajetória ministerial quanto recém-ordenados. Adalto Chitolina, bacharel em psicologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, na apresentação da obra *Padres Exaustos*, de Sanagiotto, comenta:

No afã de atender às demandas que aparecem, com a responsabilidade pela instauração do Reino e o desejo de corresponder ao que se espera de um sacerdote ou consagrado, todos vão ao extremo de suas possibilidades. E quando as forças começam a faltar, parece que brota no interior de cada um algum tipo de cobrança para consigo mesmo, por não estar mais fazendo tudo o que fazia. Nesta condição, aumenta-se o esforço, busca-se forças, sabe Deus onde e... tenta-se continuar com o mesmo grau de desempenho. Isso se torna uma espécie de ciclo vicioso, pois quanto mais o sujeito se dedica, mais se esgota, mais se sente inadequado, e, portanto, na sua percepção ele precisa se doar mais, afinal, é preciso morrer pela causa! (CHITOLINA, 2023, p. 16).

Percebe-se que a expectativa da comunidade é de que o sacerdote, no exercício de suas funções ministeriais, seja capaz de realizar tudo com uma perfeição quase que mecânica, sendo visto, muitas vezes, como uma figura divina – tal como o faraó na cultura egípcia (MELLA, 1981, p. 88). Essa visão desumanizada ignora sua condição de ser humano e falível, gerando um ambiente de cobrança extrema, estresse exacerbado e contínuas frustrações. Acerca disso, Mézerville comenta:

É frequente encontrar sacerdotes que se sentem cansados pelo excesso de trabalho, pelo sufoco na realização de serviços muito exigentes, por estilos de vida pouco saudáveis, bem como pelo excesso de atividades em detrimento de uma espiritualidade empobrecida e, no caso de muitos deles, com características emocionais de personalidade que os impedem de adaptar-se de modo adequado diante das exigências de sua existência. Finalmente, torna-se evidente que os sacerdotes também podem ser vítimas do estresse patológico e que muitas vezes chegam a se desgastar no desempenho de sua missão até se esgotarem (MÉZERVILLE, 2012, p. 71).

Em vista disso, nota-se que o sacerdote, para a sociedade, não pode ser aquele que se entrega ao desespero, o que transforma em tabu o fato de que aquele que

deveria pastorear o povo, conduzir a comunidade na vida espiritual, ser um arauto da Esperança, o anunciador da Boa Nova de Jesus Cristo, entrega-se a pensamentos desordenados e, por fim, finda com sua existência. Sidnei Vares diz:

A sociedade ainda trata o suicídio como um tabu pelo fato de que, inicialmente, ela não sente qualquer tipo de prazer em discutir, falar acerca da temática da morte e isso torna-se ainda pior ao tratar de casos em que a própria vítima é a responsável por empreender tal ação (VARES, 2020, p. 20).

Imerso em uma sociedade adoecida pelo individualismo e pela indiferença – elementos intensificados pela pandemia³ –, o sacerdote é chamado a um papel fundamental no reerguimento social, pois são os incentivadores de uma vida fraterna, uma vida de encontro e diálogo com os outros e com Deus. O ato de pastorear suas ovelhas faz com que ele também tenha a missão de orientá-las a viver como o Mestre ensinou. Tal missão implica também a superação do isolamento e da individuação, denunciados por Durkheim como causas do suicídio.

Tornando-se uma pauta relevante na atualidade eclesial, a discussão das doenças psicossomáticas tem recebido especial atenção na orientação e formação dos futuros sacerdotes, levando em consideração que uma das dimensões trabalhadas nos seminários é a psicológica, inserida na dimensão humana, que inclui o cuidado com a saúde mental e emocional do candidato ao sacerdócio (PDV, n. 44), possibilitando ao candidato não apenas um avanço no intelecto, mas uma relação sadia com o outro. O sacerdote é tirado do meio do povo (Hb 5,1), todavia traz consigo as características estabelecidas em sua formação humana. Sendo assim, continua a ser povo, ser homem, como qualquer outro. Após a conclusão de sua formação no seminário, ele é “devolvido” para pastorear uma comunidade com todas as suas particularidades e inserida em uma sociedade que vive em tensão, com ansiedade, imatura e confusão com sua própria existência e com a sua relação com os demais (FONTES, 2018, p. 10).

São quatro os sentimentos principais de quem pensa em se matar, os quatro “D”: depressão, desesperança, desamparo e desespero. O que dirige a ação auto infligida é uma dor psíquica insuportável e não uma atitude de covardia ou coragem (WÜNSCH, 2016, p. 6). Vale aprofundar cada um desses aspectos para uma compreensão integral da proposta do autor.

³ Pandemia do Covid-19.

Quando tratamos do assunto da depressão devemos entender que se trata de um transtorno mental, algo que ultrapassa a dimensão da tristeza em função de uma frustração. Ela pode ser classificada em três níveis: leve, moderado e grave. Além dos níveis, diversos sintomas podem se manifestar, tais como a redução da concentração e da atenção do indivíduo, uma redução na autoestima e autoconfiança, ideias de culpa e inutilidade, visões desoladas e pessimistas do futuro, ideias ou atos autolesivos, podendo chegar ao suicídio, sono perturbado, apetite diminuído e a perda de interesse e prazer em tarefas que antes eram vistas como agradáveis (CAMPOS, 2018, p. 27-28).

Sobre a desesperança, esta

(...) é uma cognição, uma crença de um futuro sem perspectivas, e está intimamente relacionada à intenção suicida. A desesperança pode ser compreendida como uma crença pertinente a um esquema de suicídio que, quando ativada, recorre a recursos cognitivos que o reforçam (WENZEL, 2010 *apud* MARBACK, 2014, p. 124).

O desamparo, por sua vez, corresponde a incapacidade de se sair bem de uma situação difícil; de se virar; abandono; impotência e estado de desamparo, aquele que está sem ajuda, desarmado (MACÊDO, 2012, p. 100-101).

Por fim, o desespero diz respeito a uma experiência humana comum.

Todos nós já sentimos desespero durante períodos difíceis em nossas vidas. Podemos ocasionalmente sentir desespero relacionado ao nosso trabalho, casamento ou vida amorosa, família, finanças, tragédias etc. Mas normalmente ele se dissipa com o tempo, e a vida continua. Quando o desespero não passa, mas sim se aprofunda, infiltrando-se no íntimo, acaba assumindo o controle das emoções e se torna crônico. Ao diminuir a qualidade de vida, danificar a produtividade e impedir a pessoa de ir em frente e perseguir os objetivos, sonhos e desejos, o desespero se torna clínico ou patológico e é necessária intervenção. O desespero é geralmente provocado por algum evento significativo na vida: trauma, divórcio, morte de alguém próximo, ter vivenciado situações de extremo perigo, abuso de drogas, filhos indo embora, crises existenciais etc. (SANTOS, 2016).

Se observamos o comportamento dos presbíteros, é possível observar neles traços marcantes dos quatro “D”, provocando uma deficiência naquilo que corresponde à saúde mental deles. Gonzalo Adis, psicólogo costarricense, afirmava que

(...) quando se pensa na saúde mental do indivíduo, se pensa na forma em que o indivíduo se ajusta a seu mundo, na forma em que o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com os outros, e no modo peculiar de resolver seus problemas cotidianos (ADIS, 1973 *apud* MÉZERVILLE, 2012, p. 25).

Na maioria dos casos, analisando o grupo do clero que sucumbe às suas angústias, o caminho costuma seguir um padrão semelhante: o presbítero, desde o início do ministério ordenado, busca atender as necessidades de sua comunidade, gastando todas as suas energias para que ocorra tudo conforme o previsto, porém, com o passar dos meses, ele percebe que nem todas as pessoas que o estão auxiliando na pastoral realizam tudo conforme os seus critérios, dessa forma, passa a reduzir cada vez mais a participação dos leigos nas ações eclesiais, assumindo para si todas as funções. Com o passar dos anos, o padre percebe que sua rotina está bem exigente, mas julga ser algo normal no ministério. Percebe que precisa atender à sua comunidade, mesmo que isto faça com que o seu lazer, o seu tempo livre seja consumido pela pastoral. O presbítero começa a se ver como um herói do ministério, capaz de estabelecer uma meta e atingi-la, afinal, ainda está jovem. Tendo passado algum tempo, o sacerdote percebe que há algo errado, todavia, evita enfrentar a situação, pois esta pode gerar uma crise que não deseja enfrentar, dessa forma passam a surgir os primeiros problemas físicos (LEAL, 2010, p. 6-11 *apud* PEREIRA, 2013, p. 28-29).

Gradualmente, aquele que está à frente da paróquia começa a se isolar, foge dos conflitos, nega suas próprias necessidades e altera os seus valores, considerando amigos e passatempos como coisas desnecessárias. A autoestima baseia-se unicamente no trabalho desempenhado, o indivíduo torna-se desconectado, perde a energia, a sensibilidade e tem dificuldades de responder a estímulos externos por alheamento. Passo a passo o sacerdote começa a se afastar das outras pessoas, pois estas não lhe são agradáveis; altera seu comportamento e começa a atribuir ao exterior a culpa que provem de seu interior. Ocorre uma despersonalização, rompe o contato consigo mesmo, nega suas necessidades e adota uma postura mecanizada, ou seja, começa a cumprir as suas atividades sem atribuir sentido a elas, fazendo só por fazer; não projeta mais o futuro, mas vive apenas a dor do presente até que se depara com um vazio interior, algo que traz consigo a depressão, a indiferença, a

desesperança, o exaustão, entre outros (LEAL, 2010, p. 6-11 *apud* PEREIRA, 2013, p. 29-30).

Na tentativa de diminuir o vazio interior, gerado pela desmotivação vocacional, o presbítero (...) tenderá a se dedicar sempre mais, na esperança de encontrar um motivo para seguir em frente. Porém, o empenho sem um porquê aumenta o vazio interior, até chegar ao ponto de não conseguir mais prosseguir. Tal dinâmica reativa se enquadra entre as características descritivas dos trabalhos que têm, como objetivo, ajudar as pessoas em suas necessidades físicas, psicológicas ou materiais. Em síntese, estamos nos referindo a uma particular forma de adaptação ao estresse, a chamada síndrome de *burnout* (SANAGIOTTO, 2023, p. 21).

Ao chegar a esse ponto, começam a aparecer os diagnósticos das doenças psíquicas que limitam o seu desempenho, limitam o encontro entre a ação pastoral e o prazer que havia em exercê-la. A síndrome de *Burnout* é apenas uma delas, podemos nos deparar com casos de depressão, de ansiedade etc. Tudo isso pode desencadear outros problemas, como nos afirma Sanagiotto:

Na dinâmica de conflito interior, os fatores individuais e socioculturais são determinantes para o desenvolvimento de uma particular forma de incompatibilidade que conduz o presbítero ou o religioso consagrado a reagir com alguns comportamentos estereotipados. Em outras palavras, referimo-nos a um estilo de vida que tende a "normalizar" e a justificar comportamentos disfuncionais, que podem ser um claro sinal de uma "neurose pastoral": a falta de oração, o pouco tempo para si mesmo, o muito trabalho para fazer, a excessiva disponibilidade, as relações ambíguas, o isolamento do presbitério (SANAGIOTTO, 2023, p. 21).

Com a ausência das práticas que chamaram o sujeito a vida ministerial, afasta-se de si mesmo – e é nesse ponto que tantas mortes ocorrem. No ano de 2017, a BBC Brasil publicou uma notícia intitulada “Depressão no altar: quando padres e sacerdotes precisam de ajuda” e no início da matéria ele destaca alguns dos casos de suicídio de padres que foram noticiados e já o primeiro revela a dor de um padre quando chega no seu limite. O trecho da matéria diz:

No último dia 16 de novembro [do ano de 2017], o padre Rosalino Santos, de 34 anos, publicou no Facebook uma foto de quando era garoto. O pároco da igreja de São Bartolomeu, em Corumbá (MS), parecia triste. Escreveu frases soltas na legenda, como "Dei o meu melhor" e "Me ilumine, Senhor". O que parecia ser um desabafo se tornou um bilhete de despedida. Dois dias depois, o corpo do sacerdote foi encontrado, enforcado, dentro de casa (BERNARDO, 2017).

Este caso retrata um pouco da dor que fez com que o padre optasse pelo autoextermínio, porém não dá para compreendermos a proporção deste sofrimento ou a quanto tempo ele carregava-o, o que temos são apenas suas frases de despedida. Conforme vimos até aqui, o primeiro pensamento dirigido aos suicidas por alguns cristãos é de que a pessoa que se suicida não pode ser salva, ou seja, o fato de ter tirado sua vida já lhe garante a condenação eterna, mas e quando quem entra para essa estatística é um padre? Será que estas pessoas estão realmente certas?

Vimos que o Magistério, no último Concílio da Igreja, adota uma perspectiva personalista, que parte de uma análise integral do ser humano, considerando tudo aquilo que o compõe: corpo, alma e espírito (1Ts 5,23). Esta visão não apenas redefine o olhar sobre o sofrimento, mas também abre espaço para abordagens que favoreçam uma cura integral, oferecendo aos presbíteros meios de reencontrar forças para prosseguir em sua missão. Nesse contexto, a psicologia e a psiquiatria, desde que respeitem a dimensão espiritual do indivíduo, tornam-se importantes aliadas. Ênio Brito Pinto, em sua obra *Os Padres em Psicoterapia: esclarecendo singularidades*, observa que a espiritualidade, a religiosidade e a fé desempenham um papel essencial na vida dos padres e devem ser acolhidas "no mais absoluto respeito, com todo o simbolismo de que se investem" (PINTO, 2012, p. 31). Ao tratar o presbítero, lembra o autor, é fundamental reconhecer que ele não é apenas paciente, mas também sacerdote, trazendo consigo uma identidade espiritual que precisa ser integrada ao processo terapêutico (PINTO, 2012, p. 31).

A partir da abordagem gestáltica⁴, Ênio Brito reforça que o ser humano é "um todo indissociável, no qual a religiosidade não é uma falta de amadurecimento, mas uma das possíveis manifestações da espiritualidade" (PINTO, 2012, p. 31). Por isso, ele alerta para o risco de reduzir a religião a categorias meramente psicológicas,

⁴ A Gestalt-terapia, também chamada de Abordagem Gestáltica, foi criada pelos judeus alemães Friedrich Salomon Perls (Fritz) e Lore Posner Perls (Laura). É uma psicoterapia fenomenológica existencial que foi fecundada no caldeirão político e cultural da Alemanha, na década de vinte, gestada na África do Sul, nos anos 40 e nascida em 1951, em New York. Gestalt é uma palavra alemã, traduzida aproximadamente por "configuração", totalidade, um todo que é uma realidade em si, diferente da soma de suas partes. O sentido da experiência está em como os elementos da mesma estão configurados em um todo significativo. Para a Gestalt-terapia o homem é um ser de escolha. Ao se dar conta de que a existência é construída por si mesma, fruto das suas próprias escolhas, se estabelece no ser humano a noção de responsabilidade: de "personagem" ou ator, o homem passa a ser autor da sua própria história, sendo livre, a cada momento, para trilhar um outro caminho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTALT-TERAPIA, [s.d])

afirmando que "a ciência não substitui a religião" e que é necessário um "diálogo cada vez mais acurado e sensível entre a religião e a ciência" (PINTO, 2012, p. 32).

De igual modo, o cuidado com a saúde mental não se opõe, mas se complementa com o caminho espiritual, favorecendo um tratamento verdadeiramente integral. Nesse processo, as virtudes teológicas – fé, esperança e caridade – continuam a desempenhar um papel insubstituível, orientando o presbítero a reencontrar o sentido mais profundo de sua existência e missão. Em sintonia com o acompanhamento profissional, a vivência dessas virtudes permite que o padre não apenas trate suas feridas emocionais, mas também renove sua entrega a Deus e ao próximo, fortalecendo-se para enfrentar os desafios da vida presbiteral com maior maturidade e esperança.

À luz dessas reflexões, o próximo capítulo aprofundará como a esperança – em diálogo com a fé e a caridade – pode se tornar um caminho eficaz para enfrentar e superar o drama do suicídio entre os presbíteros no Brasil contemporâneo, especialmente no contexto do Jubileu da Esperança de 2025. Sem desconsiderar a importância do suporte profissional, trataremos da necessidade de um cuidado que alcance a integralidade da vida sacerdotal.

3. A ESPERANÇA NÃO DECEPCIONA (Rm 5,5)

Diante do cenário preocupante que envolve o sofrimento psíquico de muitos presbíteros e a crescente incidência de suicídios entre membros do clero, torna-se urgente propor uma resposta que vá além do diagnóstico e ofereça caminhos de superação. O Concílio Vaticano II já apontava para uma visão integral do ser humano, considerando suas dimensões corporal, psíquica e espiritual. No entanto, é necessário reconhecer que a superação do suicídio não se dá apenas por intervenções clínicas ou pastorais isoladas, mas também por uma redescoberta profunda do sentido da vida e da vocação.

Após termos analisado os desafios enfrentados pelos presbíteros católicos no contexto contemporâneo – incluindo o aumento dos casos de suicídio entre membros do clero, os fatores psicossociais envolvidos e a mudança de postura da Igreja diante dessa realidade –, torna-se necessário lançar um olhar para além da dor. A fé cristã, em sua essência, é portadora de uma mensagem de vida, de sentido e de ressurreição, mesmo diante das trevas do sofrimento humano. “É importante que o presbítero (...) saiba reconhecer os próprios limites, aceitando que não pode ser o salvador de tudo e de todos” (SANAGIOTTO, 2023, p. 161) e após compreender aquilo que é, cabe a ele trilhar um caminho diferente. Neste capítulo, propomos uma reflexão à luz das virtudes teologais – fé, esperança e caridade – como caminho de superação da angústia existencial que pode levar ao suicídio, em especial no ministério sacerdotal.

Neste contexto, a vivência das virtudes teologais revela-se como instrumento eficaz de reconstrução interior e espiritual. Inseridos no contexto do Ano Jubilar de 2025, proclamado pelo Papa Francisco como o Ano da Esperança, somos chamados a refletir sobre como essa virtude pode reacender no coração do sacerdote a certeza de que o sofrimento não é a palavra final, mas sim o prenúncio da glória que se manifestará (Rm 8,18). O capítulo está estruturado em três partes: na primeira, abordaremos o fundamento teológico das virtudes teologais como dons que orientam o ser humano para Deus; na segunda, refletiremos sobre o papel da esperança como força mobilizadora diante da crise existencial e vocacional; e, por fim, serão

apresentadas propostas pastorais e espirituais para o fortalecimento da vida presbiteral, tendo a esperança como chave hermenêutica da superação.

3.1 Rm 8,18: “Os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que há de ser revelada em nós”

Ao longo da história da salvação, a esperança sempre se revelou como um fio condutor entre a promessa de Deus e a resposta do ser humano. Em meio às trevas, ela aponta para a luz; diante do desespero, ela anuncia a fidelidade de Deus. A esperança cristã não é mero otimismo ou expectativa de que as coisas melhorem por acaso, mas uma certeza enraizada na fé de que Deus está presente, atua na história e conduz todas as coisas à plenitude.

O Papa Francisco, na bula de proclamação do Jubileu, *Spes non Confundit*, declara que “a esperança nasce do amor e funda-se no amor que brota do coração de Jesus traspassado na cruz” (SnC, n. 3) e, desta maneira, nos indica que a esperança nos é dada a partir do amor de Jesus Cristo pela humanidade, derramado e exposto na cruz, ocupando um lugar específico em cada um de nós, pois “no coração de cada pessoa, encerra-se a esperança como desejo e expectativa do bem, apesar de não se saber o que trará consigo o amanhã” (SnC, n. 1), esta expectativa no futuro provoca em nós reações distintas, sejam elas ligadas ao medo e a insegurança ou a confiança e serenidade, mas de todo modo ela provoca reflexões existenciais em cada indivíduo.

Refletir sobre a esperança é, portanto, trazer à luz uma das colunas fundamentais da fé cristã, pois ela integra, juntamente com a fé e a caridade, as virtudes teologais. Para Santo Tomás de Aquino:

Uma virtude é teologal, por ter Deus por objeto, ao qual se une. Mas alguém pode ligar-se a alguma coisa de dois modos: considerada em si mesma ou enquanto meio para chegar a um terceiro. Ora, a caridade faz com que o homem se una a Deus por causa d’Ele, unindo o espírito do homem a Deus por um sentimento de amor. Mas a esperança e a fé fazem o homem unir-se a Deus como a um princípio donde lhe provém certos bens. Ora, de Deus nos vem o conhecimento da verdade e a aquisição do bem perfeito. A fé leva o homem a aderir a Deus, enquanto ele é para nós princípio do conhecimento da verdade. Com efeito, cremos ser verdade o que Deus nos disse. A esperança

faz com que o homem se ligue a Deus, enquanto ele é para nós princípio da bondade perfeita, enquanto pela esperança apoiamos-nos no auxílio divino para obter a bem-aventurança eterna (AQUINO, 2011, p. 232).

Para o Doutor Angélico, este auxílio divino permite que sejamos unidos a Deus, confiando nele para obtermos a salvação, dando-nos perspectiva diante de uma realidade em que os olhos não veem mais um caminho, ou seja, oferece a nós Ele mesmo como luz condutora, que revela onde devemos pisar. Desta forma, vemos que a esperança desempenha em nossas vidas um papel de fortalecimento frente aos desafios enfrentados. Nesse sentido, Bento XVI, na Carta Encíclica *Spe Salvi*, afirma que:

a redenção nos é oferecida no sentido que nos foi dada a esperança, uma esperança fidedigna, graças à qual podemos enfrentar o nosso tempo presente: o presente, ainda que custoso, pode ser vivido e aceito, se levar a uma meta e se pudermos estar seguros desta meta, se esta meta for tão grande que justifique a cansaço do caminho (SS, n. 1).

Essa meta última, que é o próprio Deus, fundamenta nossa existência em algo que não se altera com o tempo, mas que permanece à nossa espera, ainda que momentaneamente velado. Ter esperança é, portanto, manter firme a visão de um sentido maior, mesmo quando o presente parece insustentável, tal qual uma âncora da alma que nos mantém seguros e firmes em meio as fortes ondas (Hb 6,19). Com isso, vemos que para a superação das aflições cotidianas, faz-se necessário que haja um sentido para a caminhada, um objetivo pelo qual devo me manter firme e decidido a continuar. O psiquiatra austríaco Viktor Frankl, em sua obra *Em busca de sentido*, oferece-nos reflexões que corroboram no emprego do sentido da vida diante da realidade do sofrimento, estabelecendo uma esperança que dá uma sustentação ao sujeito, mesmo quando exposto a desafios quase que insustentáveis (FRANKL, 2018, p. 137). Ele afirma que:

Não devemos esquecer nunca que também podemos encontrar sentido na vida quando nos confrontamos com uma situação sem esperança, quando enfrentamos uma fatalidade que não pode ser mudada. Porque o que importa, então, é dar testemunho do potencial especificamente humano no que ele tem de mais elevado e que consiste em transformar uma tragédia pessoal num triunfo, em converter nosso sofrimento numa conquista humana. Quando já não somos capazes de mudar uma situação – podemos pensar numa doença incurável, como um câncer que não se pode mais operar –, somos desafiados a mudar nós próprios (FRANKL, 2018, p. 136-137).

Frankl escreve sua obra durante o período em que enfrentou um dos piores cenários que a humanidade testemunhou, os campos de concentração em Auschwitz, e diante de todo sofrimento experienciado por aqueles que lá estavam, muitos cederam e buscaram o suicídio como uma forma de fugir, todavia, para o psiquiatra, o “sofrimento de certo modo deixa de ser sofrimento no instante em que encontra um sentido, como o sentido de um sacrifício” (FRANKL, 2018, p. 137) e acrescenta dizendo que “o ser humano está pronto até a sofrer, sob a condição, é claro, de que seu sofrimento tenha um sentido” (FRANKL, 2018, p, 137).

Dessa forma, compreendemos que a esperança é essencial para a vida humana, especialmente nos momentos de crise. Conforme nos ensina Tomás de Aquino, “a esperança faz-nos tender para Deus como a um bem final que se deve alcançar e como um auxílio eficaz para ajudar” (AQUINO, 2011, p. 232). Assim, a esperança não é fuga, mas impulso; não é negação da dor, mas força para atravessá-la com um horizonte de sentido.

Até aqui vimos que a esperança possui uma força em relação ao indivíduo em si, mas vale acrescentar que ela também possui uma dimensão comunitária. A esperança cristã não é uma realidade individualista, mas compartilhada na comunhão dos santos e no seio da comunidade eclesial, onde cada membro pode se tornar sinal da presença amorosa de Deus na vida do outro, especialmente em momentos de escuridão. A Igreja, a comunidade eclesial, deve viver e propagar a esperança como sua própria missão, como é afirmado no Concílio Vaticano II:

a Igreja tem o dever de perscrutar permanentemente os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de forma adaptada a cada geração, às perenes interrogações dos homens sobre o sentido da vida presente e futura de sua mútua relação (GS, n. 4)

É ser sinal de esperança na vida do mundo, mostrando que existe um sentido para todo o sofrimento e que é em Deus que poderemos viver em paz, pois só Ele nos garante a salvação, a vida eterna. Existe um crescimento no número de pessoas que se encontram desesperadas, amedrontadas com as intercorrências diárias, mas deve crescer também o número de pessoas que acreditam que há uma resposta que provém de Deus, uma esperança que nos assegura, uma esperança que não decepciona (Rm 5,5).

À luz do que foi refletido, torna-se evidente que a esperança é uma virtude essencial para a sustentação da vida humana, sobretudo diante do sofrimento, do vazio existencial e das crises que podem acometer o ministério presbiteral. No entanto, como virtude teologal, ela não atua de modo isolado: caminha em unidade com a fé e a caridade, formando um tríplice alicerce que orienta o ser humano para Deus e o fortalece em sua caminhada. A fé alimenta a esperança ao oferecer um fundamento seguro; e a caridade, por sua vez, concretiza a esperança em gestos de amor e serviço. Adiante, aprofundaremos essa dinâmica entre as virtudes teologais, mostrando como a fé e a caridade também conduzem à superação do desespero e iluminam, junto da esperança, um caminho de renovação para a vida dos presbíteros.

3.1.1 “Tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (1Cor 13,7): o movimento das virtudes teologais na existência humana

Ao tratar da esperança como chave espiritual para a superação do sofrimento, especialmente no contexto da vida presbiteral marcada por angústias, crises vocacionais e até ideação suicida, não podemos isolá-la das demais virtudes teologais que com ela estão profundamente entrelaçadas: a fé e a caridade. Como expressa São Paulo em sua primeira carta aos Coríntios, “tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (1Cor 13,7), num dinamismo vital que revela como essas virtudes se movem juntas na existência humana, especialmente quando ela é desafiada pelo sofrimento.

As virtudes teologais estão inter-relacionadas uma com as outras e desta forma desempenham juntas a missão de conduzir o fiel, o presbítero, a salvação em Jesus Cristo. Santo Tomás afirma que a fé antecede a esperança, pois “para que alguém espere é preciso que o objeto da esperança lhe seja proposto como possível” (AQUINO, 2011, p. 233) e desta forma, para chegarmos ao objetivo final, isto é, Deus, faz-se necessário trilhar o caminho exposto na Carta aos Hebreus: “aquele que se aproxima de Deus deve crer que ele existe e que recompensa os que o procuram” (Hb 11,6).

3.1.1.1 A Virtude da Fé

A fé desempenha um papel crucial na vida do cristão, sendo reiteradamente apresentada por Jesus Cristo como caminho de salvação: “a tua fé te salvou” (Mt 9,22; Mc 5,34; 10,52; Lc 7,50; 8,48; 17,19; 18,42). No entanto, essa fé não é uma conquista natural do ser humano, mas um dom gratuito oferecido por Deus. O Catecismo da Igreja Católica afirma:

quando São Pedro confessa que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus vivo, Jesus lhe declara que esta revelação não lhe veio ‘da carne e do sangue, mas do meu Pai que está nos céus’ (Mt 16,17). A fé é um dom de Deus, uma virtude sobrenatural infundida por Ele (ClgC, n. 153).

Como também ensina São Paulo na Carta aos Efésios: “Pois é pela graça que fostes salvos, mediante a fé. E isso não vem de vós, é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se glorie” (Ef 2,8-9). Desta forma, a fé dada por Deus ao ser humano posiciona-o em uma postura de confiança no Senhor, permitindo-lhe acreditar naquilo que não parece possível, não parece racional, pois estas verdades de fé superam a razão humana, não são suscetíveis a sua contemplação caso não sejam reveladas pelo Criador (AQUINO, 2011, p. 123), todavia, esta afirmação não é orientada por uma fé irracional, pelo contrário, “a inteligência e a vontade humana cooperam com a graça divina: crer é um ato de inteligência que assente à verdade divina a mando da vontade movida por Deus através da graça” (ClgC, n. 155).

A fé não apenas orienta para Deus como fim último, mas também serve de apoio concreto nos momentos de sofrimento. A Igreja, atenta às feridas da alma humana, reconhece que “transtornos psíquicos graves, angústia ou temor grave da provação, do sofrimento ou da tortura” (ClgC, n. 2282) podem diminuir a responsabilidade moral de quem comete suicídio, e afirma com esperança que “não se deve desesperar da salvação eterna das pessoas que atentaram contra a própria vida” (ClgC, n. 2283). Com essa atitude de misericórdia, a fé cristã revela-se como espaço de acolhida e cuidado, como se evidencia na reflexão do psicanalista e padre Rawy Chagas Ramos, capelão do Hospital Bonsucesso no Rio de Janeiro:

Hoje, ao invés de condenar, a Igreja busca acolher e compreender. A Igreja exerce um ministério de compaixão, oferecendo acompanhamento espiritual e psíquico para aqueles que estão sofrendo e para suas famílias. A postura rígida de outrora deu lugar a uma prática pastoral de misericórdia e compreensão, reconhecendo a fragilidade humana e o papel da Igreja em ser um porto de acolhimento e cuidado para todos (RAMOS, 2024).

Nesse contexto, a fé não caminha sozinha: nela germina também a esperança, capaz de renovar o ânimo mesmo diante da morte. Embora a virtude da Fé seja essencial, o seu desempenho em unir o fiel a Deus não consegue se concretar plenamente estando sozinha, como nos diz o Catecismo: “Se não for acompanhada pela esperança e pelo amor [caridade], a fé não une plenamente o fiel a Cristo e não o faz um membro vivo do seu corpo” (CIGC, n. 1815). Aquele que decide por Cristo não caminha sozinho, mas é sustentado por Aquele que prometeu estar conosco todos os dias (cf. Mt 28,20), pedindo sempre que tenhamos fé, pois Ele venceu as aflições, Ele venceu os desafios, Ele venceu o mundo (Jo 16,33) e por isso “todos devem estar prontos a confessar Cristo perante os homens e segui-lo no caminho da cruz, entre perseguições que nunca faltam à Igreja” (LG, n. 42), afinal, como ensina São Paulo, “o justo viverá pela fé” (Rm 1,17), e só é possível atravessar os desertos da existência se for pela fé. Segundo Von Balthasar, um dos teólogos mais importantes do século XX, a “*Fe significa aquí una respuesta elemental al amor que por mí se há entregado*”⁵ (VON BALTHASAR, 2006, p. 94).

3.1.1.2 A Virtude da Caridade

Tendo considerado a fé como fundamento do caminho cristão, é preciso agora voltar o olhar para a caridade, que, entre as virtudes teologais, ocupa o lugar central como vínculo da perfeição (Cl 3,14), pois ela é o laço que dá unidade e sentido às demais virtudes. Santo Tomás de Aquino afirma que “a caridade ordena os atos de todas as virtudes para o fim último” (AQUINO, 2011, p. 309), destacando que é por meio dela que todas as outras virtudes se orientam para Deus. A caridade é a virtude teologal pela qual o ser humano participa da própria vida divina, amando a Deus sobre todas as coisas e ao próximo por amor a Ele (CIGC, n. 1822).

No contexto do ministério presbiteral, ela se manifesta de modo particular na vivência da caridade pastoral, a qual, segundo o Concílio Vaticano II, “brota principalmente do sacrifício eucarístico. Este é, por isso, o centro e a raiz de toda a vida do presbítero” (PO, n. 14). Um ministério sem caridade corre o risco de se tornar árido e mecânico, desconectado da comunhão com Cristo e com o povo de Deus,

⁵ Fé significa aqui uma resposta elemental ao amor que por mim se entregou – tradução nossa.

podendo ser mais bem compreendido a partir da fala de São João Paulo II na *Pastores Dabo Vobis*: “A caridade pastoral dá unidade às diversas dimensões da vida e do ministério sacerdotal. Sem ela, o exercício do ministério se reduz facilmente a uma série de funções, de gestos e de palavras que não atingem o coração” (PDV, n. 23). Na Carta à comunidade de Corinto, São Paulo nos lembra que: “Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como um bronze que soa ou um címbalo que retine” (1Cor 13,1). Por isso, a caridade não é apenas uma virtude entre outras, mas o coração da vida cristã e da missão presbiteral, pois “a prática de todas as virtudes é animada e inspirada pela caridade. É ela que amarra tudo em perfeita união” (ClgC, n. 1827).

A virtude da caridade é a virtude do amor, é a expressão do amor absoluto de Deus pela humanidade. Ela que edifica o ser humano (1Cor 8,1). Papa Francisco, ao falar sobre a virtude da caridade em uma das suas catequese, analisa o texto paulino dirigido a comunidade de Corinto que fala sobre a caridade, fala sobre o amor, “Não o amor que sobe, mas aquele que desce; não o que toma, mas aquele que oferece; não o que aparece, mas aquele que se esconde” (FRANCISCO, 2024b) e o Santo Padre ainda acrescenta dizendo que “embora todos afirmem ser pessoas bondosas, que amam a própria família e os amigos, na verdade sabem muito pouco sobre o amor de Deus” (FRANCISCO, 2024b). A experiência com esse amor só pode ser sentida a partir da fé que temos em Jesus Cristo, pois trata-se de um amor diferente e a respeito disso, Papa Francisco diz:

Os cristãos da antiguidade tinham à disposição várias palavras gregas para definir o amor. No final, surgiu o vocábulo “*ágape*”, que normalmente traduzimos como “caridade”. Porque, na verdade, os cristãos são capazes de todos os amores do mundo: também eles se apaixonam, mais ou menos como acontece com todos. Também eles experimentam a benevolência da amizade. Também eles vivem o amor à pátria e o amor universal a toda a humanidade. Mas existe um amor maior, um amor que vem de Deus e se dirige a Deus, que nos permite amar a Deus, tornando-nos seus amigos, e nos concede amar o próximo como Deus o ama, com o desejo de partilhar a amizade com Deus. Por causa de Cristo, este amor impele-nos para onde humanamente não iríamos: trata-se do amor pelos pobres, pelo que não é amável, por quem não nos ama e não nos é grato. É o amor pelo que ninguém amaria; até pelo inimigo. Até pelo inimigo. Isto é “teologal”, vem de Deus, é obra do Espírito Santo em nós (FRANCISCO, 2024b).

Esse amor que tem origem no divino é capaz de dar sentido a existência do ser humano, estabelecer, com clareza, um desejo de doação que não se depara com o

vazio, mas está repleto de cuidado, seja da parte do motivador desta oferta, isto é, Deus, seja por meio dos gestos que são manifestados por meio do Povo de Deus. O amor de Deus não oprime, não impõe, mas liberta. Ele alcança o coração humano em sua miséria e o eleva com ternura, tornando possível uma liberdade interior que supera o medo e a escravidão do pecado. Como afirma São Paulo: “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos deixeis prender de novo ao jugo da escravidão” (Gl 5,1). Essa liberdade tem sua raiz no amor, pois, como ensina o Papa Bento XVI, “o ser amado e deixar-se amar por Deus é o cerne da fé cristã, e este amor é o que verdadeiramente nos torna livres” (DCE, n. 1). O amor de Deus não é uma ideia abstrata, mas uma força viva que transforma a existência: “Onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade” (2Cor 3,17), pois o amor que vem de Deus não apenas nos liberta do pecado, mas nos capacita a amar com generosidade e verdade, fazendo da caridade o espaço onde floresce a verdadeira liberdade dos filhos de Deus.

Von Balthasar fala sobre esse amor de Deus, um amor que penetra o ser humano, como podemos ver abaixo:

Cuanto más profundos penetren los rayos del amor de Dios justificador como "santidad" en nuestro ser, nuestra libertad será más incondicionadamente entrenada e invitada al amor, y se producirá en nosotros, en una especie de "generación original", una respuesta al amor, que balbuceando y permaneciendo de forma incoativa en nosotros mismos, alcanza su propia plenitud y justicia en la mediación del amor pleno del Hijo (VON BALTHASAR, 2006, p. 97)⁶.

À luz da fé cristã, a caridade se apresenta como o ápice do caminho virtuoso, pois nela se expressa o amor gratuito de Deus que nos transforma e nos envia a amar. Essa virtude, mais do que um preceito, é uma realidade vivida na liberdade dos filhos de Deus, alimentada pela Eucaristia e manifestada na entrega ao próximo. É por meio da caridade que o presbítero se configura a Cristo, o Bom Pastor, e encontra sentido para sua missão no cuidado com os mais frágeis. Contudo, essa entrega só se torna possível quando sustentada por uma confiança firme naquele que promete e não falha. É nesse horizonte que a esperança, próxima virtude a ser abordada, se revela

⁶ Quanto mais profundamente penetrarem os raios do amor justificante de Deus como 'santidade' em nosso ser, mais incondicionalmente nossa liberdade será treinada e convidada ao amor, e se produzirá em nós, numa espécie de 'geração original', uma resposta ao amor, que, balbuciando e permanecendo de forma incoativa em nós mesmos, alcança sua própria plenitude e justiça na mediação do amor pleno do Filho – tradução nossa.

como força interior que impulsiona o coração humano a perseverar no amor mesmo diante do sofrimento, oferecendo sentido, consolo e horizonte eterno à vocação cristã e presbiteral.

3.1.1.3 A Virtude da Esperança

Embora a fé e a caridade ocupem lugar central na vida cristã, é a virtude da esperança que se revela como o fio condutor capaz de sustentar o caminhar, especialmente em meio às noites escuras da alma. Ela não se reduz a uma expectativa humana otimista, mas é dom sobrenatural que, como afirma o Catecismo, “responde à aspiração de felicidade colocada por Deus no coração de todo homem” (ClgC, n. 1818). Ao viver da fé e pela caridade, o cristão é sustentado por uma esperança que não engana (Rm 5,5), pois tem por fundamento a fidelidade de Deus às Suas promessas, uma vez que “fiel é quem fez a promessa” (Hb 10,23). Em tempos marcados por sofrimentos, angústias e desesperança, sobretudo entre presbíteros que enfrentam crises profundas, a esperança se apresenta como âncora segura da alma (Hb 6,19), conduzindo-a com coragem e confiança em direção à vida plena. É tempo de olhar para essa virtude com renovado vigor, reconhecendo nela um caminho de superação, fidelidade e renovação da missão, pois somos sustentados por Jesus Cristo, “nossa esperança” (1Tm 1,1).

Jesus Cristo, ao anunciar o Reino de Deus, plantou nos corações humanos a esperança de um lugar de paz e comunhão. Diante dos fardos pesados que a humanidade carrega, Ele se apresenta como aquele cujo jugo é suave e cujo fardo é leve (Mt 11,30), tornando possível o caminho da vida. A desesperança nasce justamente da ausência de horizontes, da falta de uma direção segura – e é exatamente isso que Cristo vem restaurar. Essa dinâmica se revela com clareza nos acontecimentos posteriores à sua ressurreição. A morte do Messias foi devastadora para os seus discípulos, que se encontraram mergulhados na tristeza, no medo e na sensação de abandono. Alguns, tomados pela frustração, fugiram de Jerusalém, tentando abandonar os traumas da Paixão. Segundo a tradição lucana, dois deles seguiram pelo caminho de Emaús, imersos em uma profunda decepção, incapazes de reconhecer o Senhor que caminhava ao seu lado (Lc 24,13-35). Foi nesse

encontro, porém, que a esperança começou a reacender, mostrando que a presença viva de Cristo ressuscitado é o fundamento que transforma a derrota em caminho e o desespero em fé.

Em consonância com essa perspectiva, o Catecismo da Igreja Católica afirma,

A esperança é a virtude teologal pela qual desejamos como nossa felicidade o reino dos céus e a vida eterna, pondo nossa confiança nas promessas de Cristo e nos apoiando não em nossas forças, mas no socorro da graça do Espírito Santo (ClgC, n. 1817).

Desta maneira, entendemos que as nossas forças são incapazes de conquistar o Reino prometido por Jesus, não é possível ser feliz por meio de realizações próprias, mas faz-se necessário um encontro com o Mestre que transforma o caminho, que abre os olhos de todos aqueles que não conseguem enxergar o Salvador (Lc 24,31). Diante das aflições humanas, o nosso olhar fica obscurecido, tirando de nós aquilo que nos impulsiona a continuar, tira de nós o objetivo de viver, mas Jesus restitui a esperança, faz com que o sentido de vida seja reestabelecido, pois tudo aquilo que sofremos é passageiro e incomparável com a glória que há de se manifestar em nós (Rm 8,18). Complementando essa visão, Viktor Frankl, ao refletir sobre o sentido da existência humana, afirma:

(...) o ser humano não encontra sentido somente por meio de seus feitos, seus trabalhos e de sua criatividade, mas também por meio de suas experiências, de seus encontros com o que é verdadeiro, bom e belo no mundo e, por último, mas não menos importante, em seu encontro com outros seres humanos e suas qualidades únicas (FRANKL, 2018, p. 34).

Na perícopa lucana mencionada, percebemos que Jesus é a fonte viva desse sentido que Frankl descreve, pois Ele é a Verdade (Jo 14,6), é o Bom por excelência (Mc 10,18) e “o mais belo entre os filhos dos homens” (Sl 45,3). Assim, é no encontro com o Filho de Deus que se revela o verdadeiro caminho da esperança: Ele preenche as lacunas deixadas pela dor e transforma as angústias humanas em possibilidade de vida nova. Frankl ainda acrescenta que

O que pretendo descrever com isso é o fato de que o ser humano sempre aponta para algo além de si mesmo, para algo que não é ele mesmo – para algo ou para alguém: para um sentido que se deve cumprir, ou para outro ser humano, a cujo encontro nos dirigimos com amor. Em serviço a uma causa ou no amor a uma pessoa, realiza-se o homem a si mesmo (FRANKL, 2018, p. 15).

Com isso, entendemos que a esperança procede de algo externo a nós, porém ela se estabelece dentro do ser humano na medida em que ele permite que ela cresça dentro de si mesmo, motivando-o a viver. O que Frankl compreende no plano da existência humana, João Paulo II eleva à luz da fé na *Salvifici Doloris*

No sofrimento está como que contido um particular apelo à virtude que o homem por seu turno deve exercitar. É a virtude da perseverança em suportar tudo aquilo que incomoda e faz doer. Ao proceder assim, o homem dá livre curso à esperança, que mantém em si a convicção de que o sofrimento não prevalecerá sobre ele, nem o privará da dignidade própria do homem, que anda unida à consciência do sentido da vida. E este sentido manifesta-se simultaneamente com a obra do amor de Deus, que é o dom supremo do Espírito Santo. À medida que participa deste amor, o homem sabe orientar-se quando mergulhado no sofrimento: reencontrando-se, reencontra a alma que julgava ter perdido por causa do sofrimento (SD, n. 76-77).

À luz de tudo isso, torna-se claro que a virtude da esperança desempenha um papel essencial para a superação do sofrimento e, conseqüentemente, do suicídio, pois trata-se do resgate de um encontro com o Mestre – um encontro transformador, como já vimos. A harmonia desta virtude com as demais permite que a transformação ocorra de forma integral, modificando a maneira de perceber o sofrimento humano. A fé é essencial para crermos que Jesus é verdadeiramente o Salvador de nossas vidas, Aquele que se entrega por nós e abre as portas de um Reino que não se desfaz com o tempo, mas se firma no íntimo de cada fiel que se entrega à fonte do amor, que é Deus. Já a virtude da caridade faz com que o ser humano – e isto inclui os presbíteros – caminhe segundo o amor, consumindo-se em doação por amor ao Senhor, presente no outro e presente na criação. Assim, quando sustentados pelas três virtudes teológicas, especialmente pela esperança, o sofrimento deixa de ser um ponto final e torna-se lugar de encontro com o Amor que salva.

3.1.2 Presbíteros em crise e a força da esperança: entre o sofrimento e a promessa

À luz das reflexões anteriores, compreendemos que a vida presbiteral, marcada pela grandeza da vocação e pelos desafios do ministério, necessita de um cuidado que envolva a totalidade do ser humano. A fé, a esperança e a caridade – virtudes teológicas já meditadas ao longo deste capítulo – constituem o alicerce espiritual que

sustenta o presbítero em sua caminhada. Contudo, a experiência contemporânea revela que, diante das crises e sofrimentos que afetam o clero, o fortalecimento espiritual deve estar em sintonia com os recursos oferecidos pela psicologia e pela psiquiatria. O tratamento terapêutico, realizado com respeito à dimensão espiritual do sacerdote, torna-se, portanto, uma via necessária e complementar, favorecendo a superação das feridas emocionais e existenciais. Neste subcapítulo, aprofundaremos como a esperança, integrada à fé e à caridade, e aliada a um acompanhamento psicológico adequado, pode se tornar força viva na vida dos presbíteros em crise, ajudando-os a reencontrar sentido, coragem e renovação para sua missão no seio da Igreja.

No atual contexto da vida sacerdotal, é crescente a presença de crises emocionais e espirituais, refletidas em casos de exaustão psíquica, depressão e, em situações extremas, suicídio. Como vimos até aqui, essas crises, muitas vezes invisíveis e ignoradas, representam um grave desafio pastoral para a Igreja, que é chamada a olhar para seus ministros com atenção integral e sensível, reconhecendo o sofrimento que tantos enfrentam em silêncio. Para que a superação desse drama seja efetiva, não basta apenas a oração, assim como não basta apenas o recurso científico; é necessário um entrelaçamento entre fé e ciência, de modo que o sofrimento seja compreendido e tratado em todas as suas dimensões.

Como refletimos no início deste capítulo, as virtudes teologais desempenham na vida de todo cristão – e, em especial, na vida presbiteral – o papel de fontes existenciais de sentido e de renovação interior. Este processo de reencontro com o próprio chamado pode e deve ser amparado também por um caminho terapêutico que respeite e valorize o que é central na vida de um clérigo: seu serviço a Deus, vivido no anúncio e na edificação do Reino.

Para que haja uma real transformação, é fundamental que o sacerdote aprenda a olhar para a própria realidade com objetividade e humildade, reconhecendo que existem imagens projetadas tanto por si mesmo quanto pela sociedade. Mézerville identifica o dilema entre duas imagens que pesam sobre o presbítero: "a imagem teológica e a sociológica" (MÉZERVILLE, 2012, p. 65). A primeira é aquela que o próprio sacerdote projeta no exercício do ministério – na pregação, na celebração, nos relacionamentos pastorais; a segunda é a imagem que a sociedade lhe atribui, frequentemente distante daquela que o padre tem de si. Nenhuma dessas imagens

deve aprisioná-lo, pois corre-se o risco de perder-se em idealizações que não correspondem à multiforme realidade da pessoa que ele é. O caminho de cura passa, portanto, por um autoconhecimento amadurecido, capaz de integrar, sob a luz das virtudes e com apoio terapêutico adequado, todas as dimensões da própria identidade.

Nas *Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja do Brasil*, documento 93, decretado no ano de 2010, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil destaca elementos que não podem faltar na formação humano-afetiva dos padres e que colaboram com aquilo que vimos até aqui. Está escrito que

A maturação humano-afetiva do presbítero é uma exigência de seu próprio ministério e uma decorrência da caridade pastoral, que deve ser o fundamento da vida e a meta maior de formação inicial e permanente. No seguimento fiel a Jesus Cristo, o formando deve conhecer a si mesmo em profundidade, aprender a amar as pessoas, grupos, comunidades, especialmente os mais pobres, e conferir sentido teológico e espiritual às opções, escolhas, sacrifícios e renúncias feitas em plena liberdade e na força do amor. Nesta dinâmica conduzida pelo Espírito de Deus, o formando vai, à medida que cresce como pessoa, descobrindo a fecundidade de sua vida e missão, e preparando-se para a consagração plena de si mesmo ao Senhor, a serviço do Povo de Deus (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2010, n. 249).

Tais *Diretrizes*, entretanto, passaram por revisões no ano de 2018, fruto da 56ª Assembleia Geral dos Bispos, sendo publicadas no ano seguinte como o Documento 110, ressaltando mais explicitamente a importância de elementos distintos para a formação humana dos presbíteros, não sendo limitados a pontos unicamente eclesiais, como se lê:

(...) aprimoramento da formação humana; atenção especial centrada na pessoa do formando, por intermédio de acompanhamento personalizado, psicoterapia, dinâmicas de grupo; promoção do conhecimento de si mesmo, das qualidades, defeitos e limites; orientação sobre a sexualidade masculina e feminina; formação da consciência e do caráter; equilíbrio no relacionamento interpessoal (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2019, n. 130).

E acrescenta:

A finalidade da formação humana, fundamento de toda formação presbiteral, é promover o crescimento integral da pessoa. Do ponto de vista físico essa se interessa por aspectos tais como a saúde, a alimentação, a atividade motora, o descanso; no campo psicológico, ocupa-se da constituição de uma personalidade estável, caracterizada

pelo equilíbrio afetivo, o domínio de si e uma sexualidade bem integrada (...) (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2019, n. 185).

É evidente que, no período pós-Concílio Vaticano II, a Igreja tem manifestado crescente preocupação com o cuidado integral do seu presbitério, reconhecendo a urgência de enfrentar suas fragilidades com atenção pastoral e remédios adequados a cada realidade. Todo ser humano é único – criado por Deus na sua singularidade, mas chamado à vida comunitária e fraterna. Por isso, os sofrimentos que acometem os presbíteros devem ser acolhidos em sua diversidade, exigindo respostas personalizadas. Diante disso, compreende-se a necessidade de superar posturas acusatórias, abrindo espaço para atitudes de escuta, cuidado e encontro. Todavia, é preciso que o próprio presbítero se prepare para os novos desafios a serem enfrentados. A médica psiquiatra Tatiane Maiochi Cunha observa que:

Se, por um lado, é importante o reconhecimento e a aceitação da realidade que se expressam por meio da busca do auxílio de um profissional competente que auxilie na prevenção de desdobramentos patológicos -, por outro, é preciso, antes de tudo, entender que o bem-estar e o cuidado de si são mais importantes do que a manutenção das aparências ou o medo da exposição, fato muito comum entre líderes religiosos que temem perder a credibilidade se os fiéis souberem que passam por problemas do gênero. A falta de cuidado prévio, a minimização das próprias dificuldades, a automedicação para aliviar o estresse do dia a dia, a crença de que a religião pode ser suficiente para superar demandas psicológicas são fatores que, juntos ou até mesmo isolados, retardam a busca por profissionais competentes e, conseqüentemente, comprometem ainda mais a saúde emocional e espiritual desses indivíduos (CUNHA, 2019, p. 213-214).

Diante de todos os elementos apresentados – tanto a centralidade das virtudes teológicas quanto a abertura da Instituição Eclesial a novos métodos de cuidado dos presbíteros –, torna-se necessário agora um movimento consciente por parte dos próprios pastores. A identificação dos desafios deve ocorrer com o auxílio de profissionais competentes, sempre acompanhada pela certeza de que Deus não abandona os seus, pois "Ele não perde nenhum daqueles que lhe foram confiados" (Jo 18,9). Assim, será possível trilhar um caminho de ressignificação do sofrimento e de superação das fatalidades que afligem tantos padres em sua missão. Cunha destaca que para a promoção da saúde dos vocacionados é preciso que, desde sua formação, seja-lhe proposto elementos que o ajudem na integralidade consigo mesmo:

Os caminhos de prevenção devem ter oportunidades de realização de terapia individual e em grupo para ajudar o vocacionado a se conhecer melhor; devem oportunizar a psicoeducação sobre a formação da personalidade, os transtornos de personalidade, os esquemas iniciais desadaptativos e os transtornos psiquiátricos mais comuns, bem como suas características e formas de intervenção; devem ensinar, desde o início, o autocuidado, não como uma forma narcísica, mas como a promoção da saúde mental, uma vez que, se o sacerdote estiver bem, poderá fazer o bem ao outro e melhor propagar o Evangelho; devem proporcionar um tempo de prática de atividades físicas regulares, não para fins de vaidade, mas como forma de zelo e cuidado com o corpo, que é sagrado, pois carrega a vida que Deus lhes deu; devem promover o acompanhamento espiritual frequente, para que o formando seja ajudado no processo de parar, orar, meditar, contemplar, desacelerar-se do ativismo diário e das obrigações e aprenda a integrar missão e vida comunitária, cuidado de si e espiritualidade, sempre sob o olhar amoroso de alguém mais experiente (CUNHA, 2024, p. 226-227).

Esse apontamento sublinha a importância de uma formação que integre terapia, psicoeducação e espiritualidade, proporcionando ao presbítero, e aqueles que se preparam para seguir esse caminho, não apenas instrumentos de autoconhecimento e prevenção, mas também fortalecendo a prática das virtudes teologais, essenciais para uma vivência saudável e madura de sua vocação. Em vista de um maior cuidado com o sacerdote, a psiquiatra Dra. Cunha faz um alerta importante sobre os efeitos da solidão na vida daqueles que exercem o ministério presbiteral. Segundo ela:

Não podemos ignorar o fato de que muitos padres e religiosos – cuidadores dos outros –, embora estejam cercados de pessoas o tempo todo, podem viver uma espécie de isolamento social que compromete a saúde mental. Além disso, é possível que a solidão, para muitos deles, não esteja relacionada à ausência de contato social, mas à carência de pessoas com quem possam estabelecer vínculos significativos. Sentimentos minimizados ou não solucionados a tempo podem levar à exaustão e atrapalhar o exercício da própria missão e, até mesmo, resultar em transtornos mais complexos, que acabarão por dificultar o crescimento pessoal e profissional (CUNHA, 2024, p. 228).

Essa observação reforça a urgência de um cuidado afetivo e relacional na vida presbiteral, apontando para a necessidade de vínculos verdadeiros e de espaços seguros de partilha, aliados ao acompanhamento psicológico e à vivência das virtudes teologais, especialmente da esperança, como caminhos para restaurar a saúde integral e a missão sacerdotal. A mestra em psicologia pela Gregoriana de Roma⁷,

⁷ Pontificia Università Gregoriana – Roma.

Silvia Cristina Maia, aponta que é preciso que haja na vida do presbítero vínculos sadios, chamando atenção para a importância que muitas vezes pode ser negligenciada por falta de desejo de comprometer-se com a vida do outro. Ela diz o seguinte:

Com a ajuda dos profissionais competentes, podemos trabalhar a importância dos vínculos, tanto a necessidade deles como a forma de estabelecê-los de modo sadio e duradouro. Não podemos pressupor que os vocacionados de hoje compreendam o que, de fato, seja um vínculo sadio. O contexto de onde provém é cada vez mais líquido. O conceito de relações que duram no tempo está cada vez mais frágil. A concepção de amor é muito vulnerável. Podemos ajudá-los a fazer uma autêntica experiência de um amor que exige compromisso, fidelidade, prolongamento no tempo (MAIA, 2024, p. 244-245).

A esperança, quando vivida como atitude ativa e relacional, pode tornar-se resposta concreta diante do drama silencioso que atinge tantos presbíteros. Como aponta Silvia Cristina Maia, “podemos ser a esperança – do verbo esperar, e não do verbo esperar; isto é, uma esperança ativa, e não uma espera passiva diante do outro” (MAIA, 2024, p. 244). Nesse sentido, a pastoral presbiteral é convidada a se configurar como espaço de partilha sincera, em que sentimentos e angústias possam ser acolhidos com empatia. Para muitos padres, acostumados a cuidar dos outros, assumir sua própria vulnerabilidade representa um desafio imenso. No entanto, é justamente nesse terreno de partilha e acolhimento que se torna possível o desenvolvimento da esperança como força transformadora.

A fé, a esperança e a caridade, já refletidas ao longo deste capítulo, não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam como fundamentos espirituais de um caminho de cura. A fé sustenta a confiança na presença de Deus mesmo na dor; a caridade impulsiona ao cuidado mútuo; e a esperança anima a escolha pela vida. Como destaca Maia, “por meio da partilha, dá-se o conhecimento de si, o que torna possível o desenvolvimento de capacidades de escolha com maior liberdade efetiva possível” (MAIA, 2024, p. 244). Esse autoconhecimento, fortalecido por vínculos saudáveis e pelo acompanhamento profissional, permite ao presbítero resignificar seu sofrimento, reencontrando sentido em sua vocação.

Por isso, é essencial que a Igreja ofereça espaços seguros de escuta e diálogo, nos quais o sacerdote possa ser ajudado a “dar consistência à vida e, com isso, favorecer que a decisão por viver seja mais forte do que a decisão por não viver” (MAIA, 2024, p. 244). Essa é uma responsabilidade pastoral urgente, que não se limita

à assistência espiritual, mas integra também o cuidado psicológico e comunitário. Ser esperança ativa significa apostar na vida mesmo quando ela parece desmoronar. E isso só será possível quando fé e ciência, espiritualidade e psicologia, caminharem juntas, oferecendo ao presbítero em crise o suporte necessário para reencontrar luz onde tudo parecia escuridão.

Diante do sofrimento silencioso que atinge muitos sacerdotes na atualidade, compreende-se que o caminho para a superação da crise passa por uma integração entre fé e cuidado psicológico. Sanagiotto alerta que “há um corpo doente que carrega consigo uma alma exausta, mas que, muitas vezes, silencia por medo de não corresponder ao ideal sacerdotal” (SANAGIOTTO, 2021, p. 92). Esse ideal, quando vivido de forma rígida e desumanizada, pode se tornar opressor. Nesse sentido, o resgate da esperança, como virtude teologal, permite ao presbítero compreender que sua missão é vivida não na perfeição idealizada, mas na autenticidade da entrega, sustentada pela graça divina e pelo apoio humano.

Como visto, a esperança não é espera passiva, mas movimento interior que se transforma em ação concreta, como ensina Silvia Cristina Maia: “podemos ser a esperança – do verbo esperar” (MAIA, 2024, p. 244). Essa esperança ativa se constrói em vínculos verdadeiros, em ambientes de partilha e no cuidado com a saúde mental, desde a formação inicial. Ênio Brito Pinto também reforça que “a psicoterapia pode oferecer ao padre um espaço onde ele seja acolhido em sua realidade, sem julgamento, para que descubra com liberdade o caminho de sua reconstrução” (PINTO, 2020, p. 56). Assim, a aliança entre o cuidado espiritual e psicológico torna-se um caminho de redenção existencial, onde a vida volta a florescer mesmo em meio às feridas.

Por fim, este percurso investigativo confirma que as virtudes teologais – fé, esperança e caridade – são pilares inegociáveis para a vida presbiteral, mas que necessitam ser concretamente articuladas com recursos terapêuticos e relações humanas saudáveis. O presbítero é chamado a viver sua vocação não como um super-homem solitário, mas como um homem de Deus que, reconhecendo sua fragilidade, busca auxílio e renova sua missão a partir do cuidado integral. Como bem disse Viktor Frankl, parafraseando Nietzsche, “aquele que tem um porquê para viver pode suportar quase qualquer como” (NIETZSCHE *apud* FRANKL, 2018, p. 101).

Nesse porquê, sustentado pelo amor de Deus e pela solidariedade dos irmãos, está a força para recomeçar.

Sendo assim, este trabalho buscou lançar luz sobre uma realidade dolorosa e muitas vezes silenciada: o sofrimento psíquico de presbíteros católicos e o risco do suicídio entre os ministros ordenados. A partir de uma abordagem histórico-teológica e pastoral, vimos que a superação dessa realidade exige uma resposta integral, enraizada na vivência das virtudes teologais, especialmente da esperança. No contexto do Ano Jubilar de 2025, somos chamados a ser sinais de uma esperança viva, que nasce da fé e se concretiza na caridade, oferecendo aos presbíteros não apenas consolo, mas caminhos de reconstrução e sentido. Pois, de fato, a esperança não decepciona (Rm 5,5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nasceu do desejo de compreender e enfrentar, à luz da fé cristã, uma realidade que afeta silenciosamente a Igreja: o sofrimento psíquico e o suicídio entre presbíteros católicos. Ao longo do trabalho, buscou-se analisar historicamente a percepção do suicídio na sociedade e na tradição cristã, identificar os fatores humanos, espirituais e pastorais que fragilizam os ministros ordenados, e propor, com base na teologia das virtudes, especialmente a esperança, caminhos de superação e reconstrução do sentido vocacional.

Verifica-se que os objetivos traçados foram plenamente alcançados: o estudo histórico permitiu compreender a evolução do olhar da Igreja sobre o suicídio, especialmente a mudança ocorrida a partir do Concílio Vaticano II; a investigação pastoral e psicológica revelou, com base em dados atuais, o peso das pressões emocionais sobre o clero e a carência de espaços de escuta e cuidado; e a abordagem teológico-espiritual demonstrou que a vivência das virtudes teologais pode oferecer aos presbíteros em crise um caminho de restauração interior, fundamentado no Evangelho e sustentado pela graça de Deus.

Com base na análise dos dados e nas reflexões realizadas, a hipótese de que a esperança, vivida de forma teologal e integrada ao cuidado psicológico e pastoral, pode contribuir efetivamente para a superação do sofrimento presbiteral e da ideação suicida, foi confirmada. A esperança, longe de ser uma espera passiva ou ingênua, revelou-se como força ativa que reconstrói, sustenta e direciona o ser humano em meio às tribulações da existência.

Diante disso, conclui-se que esta pesquisa possui grande relevância para a vida da Igreja na atualidade, pois toca em uma de suas urgências mais delicadas: o cuidado com seus ministros. Em tempos marcados pela perda de sentido, solidão institucional e sofrimento emocional entre padres, é essencial que a Igreja ofereça não apenas discursos morais ou respostas prontas, mas uma pastoral do cuidado que una fé e ciência, espiritualidade e humanidade.

Ao propor uma reflexão teológico-pastoral centrada na esperança, especialmente no contexto do Ano Jubilar de 2025, esta pesquisa deseja contribuir com um olhar renovado sobre o presbítero: não como um homem invulnerável, mas

como alguém que também precisa ser cuidado, escutado e amparado. A esperança não é uma solução mágica, mas é o solo firme onde a vida pode recomeçar. E é por isso que, mesmo diante da dor, podemos afirmar com confiança: a esperança não decepciona (Rm 5,5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. **Cidade de Deus I**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.
- AGOSTINHO, Santo. **O Livre-arbítrio**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica vol.V**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica vol.VI**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- ARAÚJO, Pedro Antônio Gregório de. **O Sacrifício do homem-bomba: ápice da lógica de mártir**. Revista Opinião Filosófica, [S. l.], v. 11, n. Ed. esp. 2, 2020. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/972>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTALT-TERAPIA. **Gestalt-terapia**. [s.d.]. Disponível em: <https://gestalt.com.br/institucional/gestalt-terapia/>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- BARBAGLI, Marzio. **O suicídio no Ocidente e no Oriente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BENTO XVI, Papa. **Carta Encíclica Deus Caritas Est: sobre o amor cristão**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- BENTO XVI, Papa. **Carta Encíclica Spe Salvi: sobre a esperança cristã**. São Paulo: Loyola, 2007.
- BERNARDO, André. **Depressão no altar: quando padres e sacerdotes precisam de ajuda**. BBC News Brasil, 30 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39740596>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BERTOLETE, José Manoel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Unesp, 2012.
- BÍBLIA de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2004.
- BRUM, Maurício. **Eutanásia: como ela é feita, quais países permitem e por quais motivos**. Revista Abril: Veja saúde, 11 de julho de 2024. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/eutanasia-como-ela-e-feita-quais-paises-permitem-e-por-quais-motivos/>. Acesso em: 15 mar. 2025
- BRUSTOLIN, Leomar Antônio. **Suicídio e teologia: uma relação interdisciplinar**. Revista Eclesiástica Brasileira, [S. l.], v. 73, n. 290, p. 327–341, 2013. Disponível em: [Suicídio e teologia: uma relação interdisciplinar](#). Acesso em: 21 nov. 2024.

CAMPOS, Luciana. **A dor invisível dos presbíteros**. Petrópolis RJ: Vozes, 2018.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CASSORLA, Roosevelt Moisés Smeke. **Do Suicídio: estudos brasileiros**. Campinas: Papyrus, 1991.

CATECISMO da Igreja Católica. Brasília: CNBB, 2022.

CATECISMO Romano [1566]. São Paulo: Castela, 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Getúlio Dornelles Vargas**. Sistema Acessus. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/140-getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 08 mar. 2025.

CHITOLINA, Adalto. *Introdução*. In. SANAGIOTTO, Vagner. **Padres exaustos: a síndrome de burnout no contexto eclesial brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO [1917]. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1954.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO [1983]. São Paulo: Loyola, 2024.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição dogmática *Lumen Gentium***. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 12 set. 2024.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição pastoral *Gaudium et Spes***. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 12 nov. 2024.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Decreto *Presbyterorum Ordinis*: sobre o ministério e a vida dos sacerdotes**. Vaticano: 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html. Acesso em: 12 mar. 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil: Documento 93**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil: Documento 110**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2019.

CORDEIRO, Tiago. **Como era um ritual de Seppuku, em que o samurai se matava?**. Revista Abril: Super Interessante, 20 de maio de 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-era-um-ritual-de-seppuku-em-que-o-samurai-se-matava>. Acesso em 10 dez. 2024.

CRISÓSTOMO, São João. **O Sacerdócio**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CUNHA, Tatiane Maiochi. *Saúde mental e transtornos psicoafetivos dos sacerdotes: o cuidado da saúde integral dos cuidadores*. In.: TRANSFERETTI, José Antonio. **Formação: Desafios Morais 3**. São Paulo: Paulus, 2024. p. 213-231.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas, 2007.

DIDAQUÉ o catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje. São Paulo: Paulus, 1989.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: Estudo de sociologia**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FONTES, Douglas Alves. *Apresentação*. In: CAMPOS, Luciana. **A dor invisível dos presbíteros**. Petrópolis RJ: Vozes, 2018.

FRANCISCO, Papa. **Angelus, 1º de dezembro de 2024**. 2024a. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2024/documents/20241201-angelus.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Audiência Geral: Catequeses. Os vícios e as virtudes. 19. A caridade**. 2024b. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2024/documents/20240515-udienza-generale.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social**. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 10 jan. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 03 fev. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Spes non Confundit: Bula de proclamação do jubileu ordinário 2025**. Brasília: Edições CNBB, 2024c.

FRANKL, Viktor Emil. **Em Busca de Sentido: Um psicólogo no campo de concentração**. 43. ed. São Leopoldo: Vozes; Editora Sinodal, 2018.

FRECHEIRAS, Marta Luzie de Oliveira. *O surgimento da Teologia Moral e o Concílio de Trento*. In: **Anais do XVII Simpósio Nacional da ABHR e do II Simpósio Nacional de Estudos da Religião da UEG**. Revista Plura, 2021. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/issue/view/37>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GONÇALVES, Edelson Geraldo. **Kamikaze: O Papel do 'Vento Divino' no Imaginário Japonês**. In: III Congresso Internacional UFES/Université Paris-Est/Universidade do Minho: Territórios, Poderes, Identidades, p. 1-9. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/9743988/Kamikaze_O_Papel_do_Vento_Divino_no_Imaginario_Japonês. Acesso em: 12 nov. 2024.

IRINEU, Santo. **Contra as heresias**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Pacem in Terris*: sobre a paz entre todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade**. 11 abr. 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 22 fev. 2025.

JOÃO XXIII, Papa. **Constituição Apostólica *Humanae Salutis*: sobre a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II**. 25 de dezembro de 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 10 dez. 2024.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso na Solene Abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II. 11 de outubro de 1962**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 11 mar. 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Exortação Apostólica pós-sinodal *Pastores Dabo Vobis*: sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais**. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Apostólica *Salvifici Doloris*: sobre o sentido cristão do sofrimento humano**. 11 fev. 1984. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1984/documents/hf_jp-ii_apl_11021984_salvifici-doloris.html. Acesso em: 05 fev. 2025.

KALINA, Eduardo; KOVADLOFF, Santiago. **As cerimônias da destruição**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LABOISSIÈRE, Paula. **Brasil tem mais de 30 internações ao dia por tentativa de suicídio.** Brasília: Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-09/brasil-tem-mais-de-30-internacoes-ao-dia-por-tentativa-de-suicidio%23::~:~:text=Brasil%20tem%20mais%20de%2030%20interna%C3%A7%C3%B5es%20ao%20dia%20por%20tentativa%20de%20suic%C3%ADdio,-Dado%20%C3%A9%20da&text=O%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde,m%C3%A9dia%20di%C3%A1ria%20de%2031%20casos>. Acesso em: 20 set. 2024.

MACÊDO, Kátia Barbosa. **O desamparo do indivíduo na modernidade.** Ecos-estudos contemporâneos da subjetividade, v. 2, n. 1, p. 94-107, 2012. Disponível em: <https://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/742>. Acesso em 08 mar. 2025.

MAIA, Silvia Cristina. *Suicídio entre padres e religiosos: acolhendo a própria escuridão.* In.: TRANSFERETTI, José Antonio. **Formação: Desafios Morais 3.** São Paulo: Paulus, 2024. p. 233-248.

MARBACK, Roberta Ferrari; PELISOLI, Cátula. **Terapia cognitivo-comportamental no manejo da desesperança e pensamentos suicidas.** Revista brasileira de Terapias Cognitivas, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 122-129, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 dez. 2024.

MARTINS, Fran. **Anualmente, mais de 700 mil pessoas cometem suicídio, segundo OMS.** Gov.br: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/anualmente-mais-de-700-mil-pessoas-cometem-suicidio-segundo-oms>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MELGAÇO, Lucas Gonçalves. *O progressismo católico no jornal Diário da Tarde de Ilhéus (1968).* In: **XI Encontro Estadual De História Da ANPUH-BA**, 2022, Salvador. Anais Eletrônicos. Salvador: ANPUH-BA, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.bahia.anpuh.org/resources/anais/15/anpuh-ba-eeh2022/1659979409_ARQUIVO_814640f22c6024563d6cca315df3e1d6.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

MELLA, Federico A. Arborio. **O Egito dos Faraós.** São Paulo: Hemus, 1981.

MÉZERVILLE, Helena López de. **O desgaste na vida sacerdotal: prevenir e superar a síndrome de Burnout: o esgotamento na vida sacerdotal.** São Paulo: Paulus, 2012.

NASCIMENTO, Gilberto. **Será apenas mais um?: mortes de padres acendem alerta na Igreja Católica.** Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/10/02/mortes-de-padres-acendem-alerta-na-igreja-catolica/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

NEVES, José Eldo Santos das. **O Sacramento da Penitência na pastoral da Igreja**. 2023. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6675>. Acesso em: 20 mar. 2025.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. **A morte pela espada: o suicídio ritualístico japonês analisado à luz da teoria de Émile Durkheim**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 25, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/11943>. Acesso em 10 dez. 2024.

PELLIZZARO, G. *Suicídio*. In: COMPAGNONI, Francisco. **Dicionário de teologia moral**. São Paulo: Paulus, 1997.

PENA, Giani Mota Brandão. **Suicídio, sobrevivente e aconselhamento pastoral: reflexões no vale da sombra da morte**. Faculdade Est, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/335>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Sofrimento psíquico dos presbíteros: dor institucional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PINTO, Ênio Brito. **Os padres em psicoterapia: esclarecendo singularidades**. 2. Ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2012.

PLATÃO. **Diálogos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

RAMOS, Rawy Chagas. **Psicanálise, fé e saúde mental: caminhos para a prevenção do suicídio**. Vatican News, 2 out. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2024-10/psicanalise-fe-saude-mental-caminhos-prevencao-suicidio.html>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SANAGIOTTO, Vagner. **Padres exaustos: a síndrome de burnout no contexto eclesial brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SANTOS, Rosangela Silva. **O que é o desespero?**. Psicólogo e terapia, 2016. Disponível em: <https://www.psicologoeterapia.com.br/blog/o-que-e-o-desespero/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SOUZA, Ney de. **História da Igreja: notas introdutórias**. Petrópolis: Vozes, 2020.

SOUZA, Ney de. **De esperança em esperança: notas sobre a Constituição Pastoral Gaudium Et Spes**. São Paulo: Pluralidades, 2024.

TEIXEIRA, Napoleão L. **Suicidas históricos**. *Rev. Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais*, 1955. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/902>. Acesso em: 08 mar. 2025

TEODORO, Elizabeth Fátima; SILVA, Mardem Leandro. **Investigação das ações de saúde mental como ferramenta útil na minimização de casos de suicídio**. Minas Gerais: PUC Minas, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/download/18645/16145/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

TORO, Giovana Vidotto Roman. **O Desejo de Partir: Um estudo a respeito da tentativa de suicídio**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v.19, n.3, p. 407-421, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2013v19n3p407>. Acesso em: 15 out. 2024.

TOTA, Antonio Pedro; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **Novo Manual Nova Cultural História Geral**. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

VARES, Sidnei Ferreira de. **Émile Durkheim e a sociedade moderna: debates, dilemas e desafios**. Jundiaí: Edições Brasil, 2020.

VON BALTHASAR, Hans Urs. **Sólo El Amor es digno de Fe**. 2. ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.

WÜNSCH, Vera Lúcia; Nasser, C.; Corradi-Perini, C.; Souza, W. **Bioética, teologia e saúde mental: diretrizes de cuidado e prevenção do suicídio**. Revista Iberoamericana de Bioética, n. 02, p. 01-15, 2016. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/7341>. Acesso em: 18 ago. 2024.